



Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Serviço Social



Trabalho de Conclusão de Curso

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL:** reflexões acerca da dimensão técnico  
operativa do Serviço Social na “Comunidade da Figueira”

Iago Vinícius Evangelista Marques

Mariana – MG  
2021

**Iago Vinícius Evangelista Marques**

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL:** reflexões acerca da dimensão técnico  
operativa do Serviço Social na “Comunidade da Figueira”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Serviço Social da Universidade  
Federal de Ouro Preto como requisito à  
obtenção do título de bacharel em Serviço  
Social.

Orientadora: Pr.<sup>a</sup> Ms.<sup>a</sup> Sara Martins de Araújo  
Vilani

Mariana – MG  
2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Iago Vinícius Evangelista Marques

**FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL:**  
reflexões acerca da dimensão técnico operativa do Serviço Social na “Comunidade da Figueira”

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 30 de julho de 2021

Membros da banca

Profª Msª Sara Martins de Araújo Vilani (Orientadora)  
Universidade Federal de Ouro Preto

Profª Drª Cristiane Silva Tomaz  
Universidade Federal de Ouro Preto

Msª Carina de Souza  
Assistente Social CREAS Itabirito

Profª Msª Sara Martins de Araújo Vilani, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 03/09/2021



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Silva Tomaz, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**, em 03/09/2021, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0217683** e o código CRC **11CB9A56**.

---

**Referência:** Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.009295/2021-18

SEI nº 0217683

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: - www.ufop.br

Aos usuários(as) e equipe de trabalho da “Comunidade da Figueira”, como também às colegas de estágio e à assistente social que dividiram angústias, dores, alegrias, trocas teóricas neste curto período de estágio supervisionado.

## **AGRADECIMENTOS**

Não vejo necessidade de agradecer pelo sofrimento que é passar por um mecanismo institucional de controle do conhecimento, mas de qualquer forma, agradeço as diversas pessoas que contribuíram com meu processo de graduação.

"Bem, quanto mais primitiva é uma linguagem,  
mais resolutamente expressa o interno de maneira não direta,  
pelo desvio da exposição do mundo externo  
que o desperta e em que se desenrola" (LUKÁCS, 1967, p. 11).

## RESUMO

Esta pesquisa propõe uma reflexão que concerne nos desdobramentos do capitalismo monopolista no início do século XX aos dias atuais, no que diz respeito a emergência do Serviço Social e as relações que se estabelecem na contemporaneidade. Em seu desenvolvimento, a partir da realidade da contrarreforma do Estado brasileiro, a profissão se situa como especialização do trabalho coletivo, fundado num projeto de formação, que permeia a complexidade da fragmentação da divisão social do trabalho. Com rompimento de antagonismos profissionais, as intervenções na realidade superam ao mero fato de os assistentes sociais serem executores de políticas sociais, assim, conquistando a autonomia relativa. O projeto ético-político e a autonomia relativa da profissão se concretizam na lógica dos eixos que dizem respeito à formação e as dimensões ético-político, teórico-metodológico, técnico-operativo diante das competências e atribuições profissionais, sobre os novos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, espaços esses nos quais, diante das transformações materiais e sociais, se situa o “terceiro setor”, para tentar cumprir com as novas demandas das contradições expressas da “questão social”. Para tanto, o texto constrói reflexões sobre a dimensão técnico operativa e os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, para apontar os elementos que aproximam à crítica do “terceiro setor” - especificadamente da instituição Fundação Marianense de Educação/Comunidade da Figueira - e a mediação, entre uma teoria social crítica e a realidade concreta, como categoria central no processo de trabalho do assistente social.

**Palavras-chave: Terceiro Setor, Instrumentalidade, Mediação e Serviço Social**



## **ABSTRACT**

This research proposes a reflection that worries the developments of monopolistic capitalism at the beginning of the 20th century to the present day, with regard to the emergence of Social Work and the relations that are established in contemporary times. In its development, based on the reality of the counter-reform of the Brazilian State, the profession is situated as a specialization of collective work, founded on the training project, which permeates the complexity of the fragmentation of the social division of labor. With disruption of professional antagonisms, as interventions in reality overcome the mere fact that social workers are executors of social policies, thus conquering relative autonomy. The ethical-political project and the relative autonomy of the profession are realized in the logic of the axes that concern the formation and the ethical-political, theoretical-methodological, technical-operative dimensions in view of the professional skills and attributions, on the new socio-occupational spaces of social workers, spaces in which, in view of the material and social transformations, the "third sector" is situated, to try to meet the new demands of the demands of expressions To do so, the text constructs reflections on the operative technical dimension and the historical, theoretical and methodological foundations of social work, to point out the elements that approach the criticism of the "third sector" - specifically the Marianense Foundation of Education/Community of Figueira - and mediation, between a critical social theory and the concrete reality , as a central category in the social worker's work process.

**Keywords: Third Sector, Instrumentality, Mediation and Social Work**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>MARIANA, FUNDAÇÃO MARIANENSE DE EDUCAÇÃO (FME)/ “COMUNIDADE DA FIGUEIRA” E “TERCEIRO SETOR” .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1</b>	<b>O solo sócio histórico no qual surge a Fundação Marianense de Educação – “Comunidade da Figueira” .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1.1</b>	<b>Marcos dos movimentos históricos de subordinação latina americana e brasileira em relação aos países imperialistas .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Marcos dos movimentos históricos da constituição do Município de Mariana – Minas Gerais .....</b>	<b>166</b>
<b>2.2</b>	<b>Assistência Social e Filantropia, FME/“Comunidade da Figueira” como instituição do “terceiro setor” para responder às demandas das pessoas com deficiência.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3</b>	<b>Capitalismo, questão social, política neoliberal e terceiro setor .....</b>	<b>30</b>
<b>3</b>	<b>INSTRUMENTALIDADE EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL .....</b>	<b>39</b>
<b>3.1</b>	<b>Os espaços sócio ocupacionais do assistente social.....</b>	<b>39</b>
<b>3.2</b>	<b>Instrumentalidade no trabalho do assistente social .....</b>	<b>47</b>
<b>3.3</b>	<b>Investigação e intervenção da realidade social através da vida cotidiana, ganhando caráter estético para desvelar a realidade a partir das categorias singularidade, particularidade e universalidade .....</b>	<b>52</b>
<b>4</b>	<b>MÉTODO, TENDÊNCIAS, RELAÇÕES E RELATOS ENTRE MEDIAÇÃO E PARTICULARIDADE DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL .....</b>	<b>61</b>
<b>4.1</b>	<b>O método de análise da realidade e as tendências que o circundam .....</b>	<b>61</b>
<b>4.2</b>	<b>A mediação como categoria central e desfetichizante do cotidiano profissional</b>	<b>67</b>
<b>4.3</b>	<b>Relatos da prática profissional na Comunidade da Figueira.....</b>	<b>69</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>75</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>79</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte das inquietações durante a inserção do discente em campo de estágio, em que emerge a necessidade de refletir e delimitar a sistematização das reflexões e intervenções neste período de dois semestres que esteve atuando enquanto estagiário supervisionado academicamente e por uma assistente social no campo de atuação descrito ao longo do trabalho. Esta pesquisa se inicia no segundo semestre de 2019, também segundo período de estágio, com seu fechamento no segundo semestre de 2021, por conta dos desdobramentos da pandemia de SARS-COVID. Para tal, contextualizar minha trajetória na universidade constitui descrever, sob minha óptica, um pouco do processo deste trabalho de conclusão de curso.

Minha trajetória pela na Universidade Federal de Ouro Preto, em Mariana/MG se dá início do segundo semestre, em setembro de 2016, pela inserção na universidade pela cota de escola pública e renda per capita, sendo assim, um bolsista da assistência estudantil em um programa de graduação de Serviço Social resultado do programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. O meu de processo de formação foi uma imersão intensa na universidade, compondo tudo que me permitia; de integrar programas de extensão, monitoria de disciplinas, participar do movimento de fortalecimento do centro acadêmico do curso. Usufruir do espaço que lhe oferece muito é uma forma admirável de se apropriar da realidade, mas é fundamental perceber que o conhecimento não se finaliza ali. O conhecimento está na integralidade das ações, como no modo de se apropriar da realidade indicado nas intenções conditas nos processos e no tempo histórico ao qual presenciamos.

A inserção ao campo de estágio, na reta final da graduação, faz-me repensar constantemente e intensamente na prática profissional do/a assistente social. E o interesse maior ao pesquisar se inicia no processo seletivo para o estágio supervisionado, em março de 2019. E ao ver que a Carina de Souza, - que foi uma inspiração enquanto professora docente substituta do Departamento de Serviço Social da UFOP em que cursei 3 disciplinas ministradas por ela -, após o rompimento de vínculo, naquele momento com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a profissional estava empregada na prefeitura de Mariana e oferecendo vaga de estágio para a política de assistência social, No meu sexto período, com entusiasmo de entender a dinâmica entre a teoria e a prática profissional,. logo me inscrevi para a vaga.

Neste processo da escolha dos estagiários, a Carina de Souza abriu mão de algumas regras estabelecidas pela regulamentação de estágio supervisionado por entender as especificidades da escassez de estágio na região, assim, selecionou quatro pessoas para estagiarem sob a supervisão dela. Ao passar no processo seletivo, tive a oportunidade de compartilhar estes períodos de estágio com mais três estudantes incríveis: Glayce Kelly Fieno, Vitória Latorre e Thaís Emídio.

A profissional recém chegada, junto às 4 novas estagiárias, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana/MG, iniciamos estágio supervisionado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), como técnica de referência da população em situação de rua. Menos de um mês, por motivos não esclarecidos, a profissional teve a mudança para outro espaço sócio ocupacional, sendo redirecionada como técnica do Serviço Social na instituição de “terceiro setor” nomeada como “Comunidade da Figueira”.

A minha aproximação com o tema do terceiro setor e as práticas das pessoas que se inserem nessa lógica, inicia em voluntariados feitos desde 2012, na minha cidade de origem, Belo Horizonte. E o marco determinante para o fortalecimento crítico embasado destas ações e comportamento antigos foram trazidos na minha inserção no curso da UFOP e a constante relação que mantive com a concepção marxiana da realidade, contraventora ao modo de produzir e reproduzir as relações sociais do capitalismo.

Ao que compete a pesquisa, inicia essa vontade de investigar por um caminho em que pretendia entender movimentos estéticos gerados pelo ritmo e como isso poderia ser utilizado como instrumento do processo de trabalho do assistente social na “Comunidade da Figueira”. De uma forma nada pragmática, no que diz ao planejamento premeditado do que será escrito, iniciei essa pesquisa em busca de encontrar respostas das lacunas que permeavam das reflexões produzidas pela a equipe do Serviço Social da instituição, através do caráter estético e ontológico abordado pelo autor Gyorg Lukács. Percebi que o objeto de pesquisa era outro ao ir externalizando as minhas intenções durante o processo da escrita. Como o objeto se tornou outro e a condução da antiga orientação não corroborava com o meu processo de escrita, percebi que o objeto, quanto a orientação, deveriam tomar outro rumo. Neste processo, foram-se alguns meses para entender o desconforto sentido por não estar se entendendo na profissão, por conta da escrita de um produto acadêmico. Com isto, a docente Sara Martins de Araújo, me acolheu nesta retomada para fechar as ideias centrais e aparar reflexões soltas que pairavam

em mim. Ao que vejo e percebo na escrita, formatou-se um texto fragmentando, noto isso, pelo trabalho ter sido analisado por dois olhares docentes diferenciados - fora as confusões internas que aconteceram na hora de tentar organizar as reflexões com o novo objeto a se analisar.

Em março de 2020, retornei à minha cidade de origem ao me deparar com o cenário negacionista e genocida que o Brasil estava entrando - para além do cenário já estabelecido pelo movimento intenso e constante da agenda neoliberal. Para além das dificuldades financeiras de me manter na faculdade outro empecilho imposto neste período de escrita, foi o distanciamento social ocasionado pela pandemia de SARS-COVID, o que impôs que o processo de escrita acontecesse dentro de casa (um lugar que não em sinto confortável de escrever por diversos fatores, como: morar em um centro urbano ao lado da linha férrea que passa metrô e trem todos os dias, ainda mais na alta da mineração em tempos de pós-rompimento de barragem e pandemia).

Já sabido um pouco do processo de construção deste trabalho, agora à respeito da composição do trabalho de conclusão, parte de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, que utilizo fontes de pesquisa e conhecimento já elaborados, baseados em livros, artigos científicos e sites referentes aos assuntos abordados. E enquanto pesquisa documental, utilizo dados e informações que ainda não foram tratados pela ciência ou analiticamente. Realizada para fundamentar e contribuir ao entender o dinamismo da realidade da categoria profissional por meio do método de análise materialista histórico dialético, por permitir uma análise da realidade por sua totalidade concreta. De tal maneira, a pesquisa está dividida em três capítulos, para tal, o primeiro capítulo será apresentado as determinações estabelecidas no capitalismo dependente, para contextualização do solo sócio histórico que emerge a instituição “Comunidade da Figueira”, no município de Mariana/MG, a qual a constituição histórica do espaço será o centro do debate deste capítulo.

O segundo capítulo, integra ao primeiro ao se trazer as determinações históricas, teóricos e metodológicos do Serviço Social no Brasil, para entendermos as possibilidades e limites da ação profissional na “Comunidade da Figueira”, para assim, pensarmos na instrumentalidade da intervenção da realidade através do conhecimento da própria.

Para no terceiro capítulo, contextualizo uma das várias perspectivas do método de análise da realidade produzida por Karl Marx e como este método é fundamental para

instrumentalizar, através da mediação, para desfeticizar a dimensão técnico-operativa em construção de uma intervenção profissional que leve em consideração seu um projeto ético-político e a emancipação dos povos através da luta de classes, antiracista e anticolonial.

Por fim, faço as considerações preliminares sintetizando as percepções que ganham forma no desenvolvimento deste trabalho, em que levam a um caminho de se pensar e executar uma transformação efetiva, socialista ou revolucionária da percepção da realidade nos tempos atuais, pois fica insustentável uma prática profissional, ou até mesmo o questionamento da existência da profissão pelas relações contraditórias que este modelo de vida nos impõe. Acredito que esta pesquisa assume um papel fundamental com o compromisso ético-político, teórico metodológico, técnico operativo do projeto ético-político profissional.

## **2 MARIANA, FUNDAÇÃO MARIANENSE DE EDUCAÇÃO (FME)/ “COMUNIDADE DA FIGUEIRA” E “TERCEIRO SETOR”**

No desenvolvimento deste capítulo, pretendo trazer o contexto histórico do espaço ocupacional do assistente social, a Comunidade da Figueira, passando brevemente pela formação sócio histórica e econômica brasileira e latino-americana, a fim de refletir as especificidades do território do município de Mariana, especialmente no que diz respeito às expressões da “questão social”, as políticas neoliberais e ao chamado “terceiro setor”. Os elementos da historicidade da instituição Comunidade da Figueira tem como cerne da exposição do capítulo, mas sem a finalidade de uma pesquisa historiográfica, e, com o objetivo de descrever marcos históricos de suma importância para a análise vinculada a perspectiva materialista histórica dialética - em um movimento marcado pela presença da particularidade da sociabilidade brasileira em um modo de produzir e reproduzir as relações sociais. Ao longo da leitura, faço saltos históricos com o objetivo de apresentar os elementos cruciais no surgimento da instituição, para no segundo capítulo, salientar como os movimentos universais e particulares do capitalismo vão impactar diretamente na atuação profissional do Serviço Social ao longo da história da profissão.

### **2.1 O solo sócio histórico no qual surge a Fundação Marianense de Educação – “Comunidade da Figueira”**

Este item perpassa por contextualizações históricas, que traz os âmbitos mais gerais do modelo de produção e reprodução da vida social que se fortalece hegemônico na atualidade; o capitalismo. E para o desenvolvimento dessa hegemonia, tem como base as peculiaridades experienciadas da América Latina em relação ao processo de desenvolvimento do capitalismo mundial, para situar a expropriação, espoliação que se abrangeu no território de Mariana entre os séculos XVI aos dias atuais. As reflexões que estão por vir contém um caráter estético de análise, aborda a universalidade, particularidade e singularidades no trato das expressões da “questão social” pela Fundação Marianense de Educação em relação a educação, que, por meio do avanço de políticas neoliberais, seu mantimento precisou se adequar a dinâmica da realidade desdobrando institucionalmente, como a criação da instituição Comunidade da Figueira para responder a demanda das pessoas com deficiência no município.

### **2.1.1 Marcos dos movimentos históricos de subordinação latina americana e brasileira em relação aos países imperialistas**

Para contextualização dos processos históricos experienciados pela humanidade, na atualidade, deve ser levado em conta a projeção hegemônica do capitalismo, e com o marco da Revolução Francesa, ao final do século XVIII, se torna a revolução burguesa mais emblemática do período de efervescência das transformações da ordem social em relação ao mundo - que rapidamente tomam sucesso atrás de sucesso pela crise dos modelos econômicos Europeus. Na França, em 1789, ocorreu a revolução que caracterizou a tomada de poder obtida pela burguesia, evocada pelo lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

E na tentativa de romper com as condições antagônicas do feudalismo, ganhando hegemonia um novo modelo econômico - direcionado pelo pensamento liberal -, emergiam partidos e movimentos contrário esta ideologia burguesa, sendo silenciados pela própria burguesia que começava a ganhar grande influência no continente europeu. E com eixos consistentes na luta contra os antagonismos de classes e em discordância com as lideranças socialistas e do comunismo que começava a se expandir, Marx e Engels publicam pela primeira vez, em 21 de fevereiro de 1848, *O Manifesto do Partido Comunista*, que é historicamente um dos tratados políticos de maior influência mundial. Comissionado pelos teóricos na Liga dos Comunistas, expressando os propósitos incitados para esse movimento que acabara de emergir Marx e Engels substanciam em formato de cartilha incorporando trabalhos anteriores e criando um material que orienta a importância da luta de classes para criar uma hegemonia do pensamento revolucionário dentro da ordem que se estruturava na

França e no mundo, fruto do capitalismo concorrencial e na socialização dos meios de produção. Um pequeno texto de esboço para fomentar os pensamentos dos sujeitos trabalhadores para real transformação social que beneficia o gênero humano a partir da práxis social da luta de classes.

Estes dois marcos são fundamentais para romper com o olhar romantizado da realidade concreta, levando em consideração os processos fundamentais da acumulação primitiva até as implicações trazidas pelo monopólio, a operação desses grupos detentores dos meios de produção se inclina mais a investimentos no exterior dos seus próprios limites, guiado pelo lucro gerado no interior dos países dependentes. O capitalismo dependente corresponde as relações de subordinação nos processos de industrialização de uma base de produção e acumulação, concentração e centralização de capital de países latino americanos para os capitalistas hegemônicos. O que se conforma em uma fase monopolista e imperialista do capitalismo, em que algumas chaves de respostas estão no colonialismo moderno, no escravismo, no modelo econômico extrativista dos países latino americanos, assim, deixando estes países sem autonomia, mas que foram potências fundamentais (em recursos naturais, humanos, conhecimento tecnológico, etc.) para o desenvolvimento do capitalismo nos países ditos centrais.

Já em outro marco do capitalismo, o período concorrencial atravessa o século XIX com uma intervenção estatal pautada às sequelas da *superexploração* da força de trabalho e com resposta básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas (predominantemente em relação a população negra e originária) à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa com um todo.

O capitalismo monopolista traz à tona a natureza parasitária da burguesia, a livre concorrência é convertida em uma luta de vida ou morte entre grupos monopolistas – entre outros setores monopolizados. A monopolização incorpora a uma generalizada burocratização da vida social, multiplicando ao extremo não só as atividades improdutivas *stricto senso*, mas todo um largo espectro de operações que, no setor terciário, tão-somente vinculam-se a formas de conservação e/ou de legitimação do próprio monopólio (NETTO, 2017).

O Estado ultrapassa a fronteira de garantidor da propriedade privada dos meios de produção e suas funções políticas se imbricam organicamente com as suas funções econômicas. Sendo uma preparação institucional na garantia da conservação física da força de trabalho – ameaçada pela superexploração - requerida pelos monopólios para reprodução ampliada do capital – administrador do ciclo das crises. Em consonância com o período transitório do capitalismo, cabe ressaltar a natureza e as relações de base econômica e as



condições e meios gerais da produção e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, que se constitui e consolida no conjunto complexo de formas subjetivas e ideológicas, institucionais e simbólicas, em consonância com as determinações e a dinâmica sociomateriais de base, igualmente históricas – elementos cruciais para a abordagem materialista histórico dialética no entendimento de constituição da nação brasileira.

As relações não são estritamente ligadas somente ao território brasileiro, elas se ampliam junto ao processo de colonização dos países da América Latina, bem como aos processos do capitalismo dependente no continente. Ou seja, considerar as estruturas e os processos da composição e dimensão dos países imperialistas, repercute diretamente na composição lenta, tardia e violenta nos territórios colonizados da América Latina. As formas que se dão a expropriação de trabalho excedente são historicamente marcadas pelo colonialismo e pelo capitalismo dependente, em que, o trabalho necessário se amplia em uma reprodução de força de trabalho articulada na expropriação intensa de acumulação e concentração de capital nos países subordinados. Estes dramas e dilemas de ordem subjetiva, simbólico-cultural da América Latina se aprimoram com as necessidades mais imediatas impostas pela maquinaria e a tecnologia.

Já ao longo dos séculos XIX e XX, o capitalismo acentua crescentemente suas contradições sociomateriais de base, o que deixa evidente que se estreitam e esgotam as possibilidades da efetivação do lema “liberdade, igualdade e fraternidade” posto pelos burgueses. E estas contradições que dificultam o desvelamento das determinações essenciais dos fenômenos que se materializam no cotidiano - como as expressões da “questão social”, que serão retratadas no tópico 2.3 deste capítulo.

O século XX teve um grande marco histórico de duas grandes guerras (carregadas de disputas pela dominação imperialista mundial), mas a economia sobre o império norte-americano se adensou intensamente na Guerra Fria, sofrendo constantes mutações – pela consolidação da venda da força de trabalho da classe trabalhadora.

E em meados do século XX, o *Welfare State* ou o Estado de Bem-estar social, ocorre como uma grande importância para o dinamismo econômico de fortalecimento da relação entre Estado e capital para agregar as demandas da classe trabalhadora – e também de expansão do capitalismo. E este dinamismo econômico, afeta integralmente a classe trabalhadora dos países periféricos, que não vivem este bem-estar social e a democracia do capitalismo, que se estrutura com o pensamento neoliberal. O modelo ideológico neoliberal, atualmente, repercute avassaladoramente nos países periféricos pela reestruturação das forças produtivas, do conhecimento científico (a favor das estratégias capitalistas), da evolução

tecnológica, dos maquinários, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, a expansão financeira dos bancos, fusão de empresas tornando monopólios e a constante disputa pelo fundo público (MOTA, 2009).

Os avanços e as mutações do capitalismo se baseiam nas formas que a venda da força de trabalho e as consequências do seu desenvolvimento, em um cenário de superexploração da força de trabalho pelas determinações do capitalismo dependente. Em detrimento das necessidades sociais, espirituais e materiais, as necessidades do capital acarretam crises econômicas em que ela mesmo encontra meios para se manter a sociabilidade burguesa, como a política de bem-estar social.

De maneira mais sintética, as determinações mais gerais do modo de produção capitalistas são caracterizadas pelas indústrias, exploração de força de trabalho, reprodução de força de trabalho ampliada e etc. Já a América Latina perpassa por um momento histórico particular do capitalismo, com características de uma baixa composição orgânica, tornando-se um território colonial, periférico, dependente, em subdesenvolvimento e de superexploração da força de trabalho. As lutas de classes perdem sua força pela constante fragmentação da classe trabalhadora pelo ascende movimento das políticas liberais e o movimento de filantropização das expressões da “questão social”, pela transformação das suas reivindicações sendo singularizadas pela organização da sociedade civil em busca de financiamento estatal, dando um passo atrás às lutas enquanto movimentos sociais. O Estado se torna o maior financiador da filantropia (ONGS e OSCIPS) em busca pela implementação de política social e garantia de direitos e cidadania, que é o mais próximo que chegamos ao bem-estar social, porém, essas ações só trazem perdas no desenvolvimento social, por ter características focalistas, a torna mais restrita, seletiva e fragmentada, e nunca terá o alcance como o do Estado.

O movimento da particularidade latina americana especifica a realidade do capitalismo dependente, com determinações mais gerais ao longo do território colonizado, existindo um movimento da particularidade latina à singularidade brasileira - tal qual este movimento para a particularidade é conclusivo no entendimento da realidade. A singularidade brasileira, se representa na relação cotidiana; é o que chega na dimensão mais concreta do sensível, e que, arrebatada todas as determinações pela forma que se materializa todas as particularizações sintetizadas no âmbito do singular, desse contexto fluído da mediação com a particularidade.

Os elementos históricos trazidos nas linhas anteriores apresentam um apanhado cronológico que visou destaque para uma breve apresentação da historicidade dos movimentos contraditórios do capitalismo na América Latina. As considerações históricas podem ser

melhor entendidas em suas múltiplas determinações no movimento da realidade, em que as apresento para fundamentar a importância do município de Mariana para o território de Minas Gerais enquanto uma primeira capitania, e posteriormente como um polo de grandes mineradoras. As considerações históricas podem ser melhor entendidas em suas múltiplas determinações, um território com uma fonte de riqueza natural quando se consideram os cinco séculos de espoliação e expropriação que constituíram e caracterizaram a identidade da América Latina e do Brasil como continente e país subordinados aos interesses econômicos das metrópoles (do norte do mundo, etc.). Vejamos o contexto das singularidades do município supracitado.

### **2.1.2 Marcos dos movimentos históricos da constituição do Município de Mariana – Minas Gerais**

O município de Mariana faz parte das chamadas cidades históricas do Estado de Minas Gerais, situado na região sudeste do Brasil. Primeira vila, cidade, capital e sede do bispado de Minas Gerais, o município tem um cenário histórico de um período de invasões, espoliação e pilhagem conduzidas pelos europeus religiosidade, projeção artística e a busca pelo ouro, sendo marcada pelo pioneirismo de uma região que guarda riquezas diversas que nos remetem ao tempo do Brasil-Colônia (IBGE, 2010).

Conhecida como Arraial do Carmo<sup>1</sup>, Mariana foi a primeira entre as cidades que surge por efeito das expedições de bandeirantes paulistas, em busca de riquezas - a partir da última década do século XVII. O IBGE (2010) apresenta o histórico do município, observando as formas como se expande em pouco tempo a faixa intensa de exploração obtida pela mineração pela extensão do ribeirão do Carmo, extraídas pela violenta induzida entre os bandeirantes e a população negra escravizada, quanto a população indígena ou originária. Passa-se a convergir levadas e mais levadas de imigrantes vindos, inicialmente, pela extensão territorial de São Paulo e Rio de Janeiro, o que determina naquele período, o crescimento da respectiva população, logo a região assume função estratégica na disputa de poder determinado pelo ouro, transformando seus arredores num dos principais fornecedores de minério para Portugal.

---

<sup>1</sup> Behring e Boschetti (2009) ressaltam sobre o peso do escravismo na sociedade brasileira, o que fica nítido, no município de Mariana e no Brasil, a marca intensa da escravização da população negra, que repercute, atualmente, na intensa exploração dos/as negros/as. Dados do Censo de 2010, apontam que 15.700 dos habitantes - dentre as 54 mil pessoas da população da cidade que responderam ao questionário do CENSO -, destes, 9874 são negros ou negras (62,89%) nas suas diversidades - tons, idade, gênero, etc.

O Arraial foi elevado à categoria de Vila, em 1711. Com as constantes inundações na beira do Rio do Carmo, onde se concentrava a população local, a cidade teve que se desenvolver em nível mais elevado do rio. Em 1745, com a expansão da população no território, Dom João V quis manter seu domínio<sup>2</sup> e a imagem da Igreja Católica, mantendo as características arquitetônicas similares do centro da atual vila. Em 1746, com as expansões territoriais, a vila é elevada à categoria de cidade. O município de Mariana é a primeira cidade “planejada” do estado de Minas Gerais, transformando-se no centro religioso do Estado e nomeada tal como, homenageando à rainha Maria Ana D’Austria, sua esposa; nesta mesma época a cidade passou a ser sede do primeiro bispado mineiro se erguendo atrelada a igreja católica, com um centro histórico caracterizado fortemente pela presença de edifícios religiosos.

A vinda da família real para o Brasil, no início do século XIX, se deu pelo resultado da guerra civil travada entre França e Reino Unido. A corte portuguesa se recusa a abster do poderio monárquico, através das designações revolucionárias da ordem burguesa inglesa e francesa, redirecionando o centro do seu poderio absolutista no Rio de Janeiro, ao se instalar no Brasil, resultando em transformações que tiveram influência fundamental no desencadeamento do processo de independência da colônia brasileira em relação ao Império Português, em 1822. O Brasil tornou-se soberano e organizou-se com uma monarquia<sup>3</sup>, levando ao **desgaste na relação** entre a **elite brasileira**.

Conforme as novas necessidades vão emergindo, em âmbito social e econômico pelo modelo concorrencial, as estratégias de dominação resultam na ampliação da abrangência territorial por superfícies até então desconhecidas do Brasil, principalmente no estado de Minas Gerais, onde:

outros povoados vieram depois, e novos arraiais foram surgindo, tais como o de Camargos, fundado por Tomaz Lopes de Camargo e seus irmãos, que abandonaram suas lavras em Ouro Preto; Cachoeira do Brumado, por João Pedroso; São Sebastião, por Sebastião Fagundes Varela; Furquim, e Bento Pires, que recebeu o nome do seu próprio fundador. Alastrou-se em pouco tempo por toda a área do ribeirão do Carmo a faixa intensa da mineração, o mesmo acontecendo logo em seguida em Ouro Preto, descoberto por Antônio Dias e outros bandeirantes. Para os dois centros, quase unidos pela curta distância que os separa, passaram a convergir levas e mais levas de imigrantes vindos de São Paulo, Rio de Janeiro e outros pontos, determinando o rápido crescimento das respectivas populações (IBGE, 2010).

---

<sup>2</sup> De acordo com (DHBB CPDOC FGV) “durante todo o período colonial e imperial, o regime de exploração em vigor foi o de concessão, ou seja, o Reino português e depois o Império Brasileiro detinham o domínio sobre as riquezas do subsolo, estando assegurada a separação entre a propriedade territorial e a propriedade mineral, ficando esta última dependente de concessão estatal”.

<sup>3</sup> Na América Latina o Brasil foi a única monarquia, pois as outras nações organizaram-se como repúblicas.

Há este aumento populacional, como também o aumento das populações originárias e da população escravizadas e da expropriação dos bens naturais com a mineração pelos conflitos de interesses políticos e econômicos dos portugueses, causando o redirecionamento da capitania para o município de Ouro Preto, em 1823, e Mariana perde a importância administrativa e grande parte do comércio; os serviços da região se aglutinam e migram para nova capital, de certa forma obscurecendo a antiga capitania (CYMBALISTA; CARDOSO; NAKASHIMA, 2006).

Um fluxo de reivindicações se inicia contra o império, em resposta das demandas, o país em período de monarquia constitucional reverbera sua autonomia diante do poderio português, e instaura a República no país<sup>4</sup>. De forma tardia em relação as outras ex-colônias, o Brasil foi a último país a abolir o fim do período escravocrata, em parte resultou uma aliança entre militares e cafeicultores, sendo necessário para consolidação da República – em razão de um golpe militar chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca (o primeiro presidente). Isto evitaria uma reação monarquista da coroa portuguesa, na opção política para os primeiros anos do novo formato de governo, pela direção dos militares.

A abertura dos portos para o capital exterior, restrito até então apenas ao Império Português, trazem consequências que permitem a universalidade da matéria-prima encontrada no solo brasileiro pelo incentivo privado de empresas inglesas e francesas. No que repercute na esfera do mercado interno<sup>5</sup> brasileiro no período republicano, provoca muitas polêmicas entre aqueles “que defendiam a livre exploração do subsolo, sem nenhuma limitação ou exigência do Estado”, e do outro lado, “aqueles que lutavam pelo desenvolvimento industrial” (DHBB CPDOC FGV).

O Estado brasileiro, em 1904, cria uma ferrovia de ferro com cerca de 905 quilômetros de extensão - transporta matéria-prima<sup>6</sup> do Quadrilátero Ferrífero<sup>7</sup> -, atravessada pelo o centro-sul do Estado de Minas à cidade de Vitória até os portos no litoral da capital do Estado do Espírito Santo. Transportando cerca de 40% da carga ferroviária do país para o comércio

---

<sup>4</sup> Período da República Velha consiste no período de 1889 a 1930.

<sup>5</sup> O carvão-de-pedra e o minério de ferro foram os produtos mais significativos na exploração do subsolo, “o qual o segundo era um mineral estratégico que não poderia ser exportado livremente por empresas estrangeiras” (DHBB CPDOC FGV).

<sup>6</sup> Matéria-prima, tal qual, subsidia os países centrais até os dias de hoje.

<sup>7</sup> Em relação a questão geográfica, ressalta-se que região compreendida por Quadrilátero Ferrífero tem a área que compreende a maior produtora nacional na extração do minério de ferro, contendo 60% reservas da produção nacional que abrange os municípios de Caeté, Itabira, Ouro Preto, Mariana, entre outros – uma área aproximadamente de 7 mil quilômetros quadrados. Além do minério de ferro, também são extraídos, ouro e manganês.

exterior - não perdendo a viagem, carregavam também outros produtos, para a exportação cafeeicultora e também de passageiros (DHBB CPDOC FGV).

Diante de estudos e levantamentos, para colaborar no desenvolvimento do capital exterior, confirmam a existência de reservas brasileiras de minério de ferro, tornando de conhecimento público durante o Congresso de Estocolmo, em 1910 - cujas principais jazidas ficam em Minas Gerais e no Mato Grosso (DHBB CPDOC FGV). E no mesmo ano foram adquiridas por capitais ingleses<sup>8</sup>, assim:

provocou uma modificação radical no regime de exploração dos recursos minerais, passando a vigorar o regime de acessão pelo qual a propriedade mineral era vinculada à propriedade territorial. A mudança no regime de propriedade do subsolo suscitou grande reação por parte de técnicos, parlamentares e estudiosos que afirmavam que, contrariamente ao pretendido com a referida modificação, a exploração mineral sofreria um retrocesso, uma vez que ficaria totalmente subordinada aos interesses particulares dos proprietários das terras. Este prognóstico se confirmou ao longo de toda a Primeira República. Pequena foi a produção mineral, voltada eminentemente para o mercado interno, e incipientes as exportações, representando um percentual que variou entre 1% e 2,5% do total das exportações brasileiras no período de 1901 a 1930 (DHBB CPDOC FGV).

As terras vinculadas às jazidas<sup>9</sup> tinham um valor baixo por não ter utilidade agrícola, no entanto, o solo acoplado a propriedade do subsolo possibilitou ao grupo de ingleses apoderar-se das reservas por valores irrisórios, na intenção de apropriar dessa riqueza (DHBB CPDOC FGV).

Para se adequar à nova realidade econômica do exterior, o Brasil passou por um processo de industrialização e diversificação produtiva, entre 1930 a 1945, no período denominado como Era Vargas. Não era o fim da dominação dos ricos sobre os pobres, antes, se tratava de uma reorganização do poder político entre as elites. Neste período, a economia brasileira vai se adequou à nova conjuntura econômica internacional, marcada pela grande depressão<sup>10</sup> e pelo surgimento de propostas intervencionistas do Estado na economia. Afetando na

[...] exploração de minério de ferro em larga escala ficou protelada, de fato, até a criação da Companhia Vale do Rio Doce<sup>11</sup>, em 1942, numa outra conjuntura, onde,

<sup>8</sup> *Brazilian Hematite Syndicate*, sindicato inglês para organizar o transporte de minério do Brasil para o exterior.

<sup>9</sup> A exploração das jazidas era dificultada, no entanto, pela sua localização, “[...] no interior de Minas Gerais e em Mato Grosso, em regiões de difícil acesso, na medida em que não existiam vias de transporte ligando essas áreas aos centros consumidores e aos portos no litoral” (DHBB CPDOC FGV).

<sup>10</sup> A Grande Depressão é considerada a pior e o mais longo período de recessão econômica do sistema capitalista do século XX; tendo início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

<sup>11</sup> De acordo com Companhia Vale do Rio Doce “a Empresa criada em 1º de junho de 1942 pelo Decreto-Lei n.º 4.352, tendo como acionista principal o governo federal, sendo constituída em 11 de janeiro de 1943 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal”.

inclusive, o regime de exploração mineral fora novamente alterado, voltando a ser o de concessão (Código de Minas, Decreto nº 24.642 de 10 de julho de 1934) e que teve seu caráter nacionalista fortemente acentuado pelo novo Código de Minas promulgado já durante o Estado Novo (Decreto Lei n.º 1985 de 29 de janeiro de 1940). Este novo Código determinava que o direito de pesquisar ou lavrar só poderia ser outorgado a brasileiros, pessoas naturais ou jurídicas, representadas estas por sócios ou acionistas brasileiros (DHBB CPDOC FGV).

A face pública da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) apreende a promoção do desenvolvimento da região do Rio Doce com recursos provenientes de uma parcela dos lucros obtidos pela própria, mediante a exploração do tráfego da Estrada de Ferro Vitória à Minas Gerais; a então nova empresa incorporou outras companhias de Mineração da região<sup>12</sup> - mesmo a empresa sendo controlada pela União, CVRD não detinha o monopólio da exploração do minério de ferro no Brasil, em meados do século XX.

Em decorrência de uma conjuntura fortemente marcada pelo revigoramento de posições nacionalistas, a CVRD representava um esforço do governo brasileiro, aproveitando as adversidades da Segunda Guerra Mundial em reparo aos estragos da guerra aumentou a produção mineral do país, até então bastante incipiente e integralmente a cargo da iniciativa privada e:

com severas restrições à ação do capital estrangeiro, o ministério redefiniu suas diretrizes a partir de 1964, quando o governo militar<sup>13</sup> criticou o caráter estatizante dos governos anteriores e propôs medidas que facilitassem a participação do capital privado, nacional e internacional, para promover o aumento da produção mineral do país. Para viabilizar esses objetivos foi realizada a revisão do Código de Minas de 1940, ainda em vigor, e extremamente restritivo à presença e participação do capital externo na atividade de mineração.

Em 1967, o novo Código de Mineração matinha o regime de concessão, e estas passam a ser outorgadas a brasileiros ou empresas sediadas no país, ampliando a possibilidade de o capital externo intervir na mineração, na “busca de estimular” a pesquisa e a diversificação da exploração dos recursos minerais (nota de roda pé sobre a escola de farmácia e a escola de minas). No mesmo ano, Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), definiu a estratégia da administração do presidente Castelo Branco; atribuindo investimentos da CVRD aos recursos da ordem, o que possibilitou que a companhia elevasse as exportações brasileiras de minério de ferro para 20 milhões de toneladas, conseguindo efetivamente afirmar-se como empresa exportadora de padrão internacional figurando as seis

---

<sup>12</sup> “A empresa incorporou a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A., que havia absorvido a EFVM, a Companhia Itabira de Mineração S.A. (ainda em organização) e as jazidas de minério de ferro até então pertencentes à Itabira Iron” (DHBB CPDOC FGV).

<sup>13</sup> Através do ministro das Minas e Energia, Mauro Thibau.

maiores empresas no mercado transoceânico de minério, comercializando mais 26 tipos de minério.

Ampliando e diversificando os produtos para o mercado mundial, a CVRD tem uma estratégia que buscava superar o porvir da dependência da empresa com a exportação do minério de ferro. Com importância relativa da participação dos Estados Unidos, a empresa se ampliava mais com a participação dos países europeus, e, apesar da distância geográfica, o Japão se tornaria um dos principais clientes e sócios, assim, abrindo o seu capital para o exterior (DHBB CPDOC FGV).

No final da década de 60 a empresa investiu na modernização portuária do Brasil - para exportar mais - e nos mercados cativos através da assinatura de contratos de longo prazo (que se transformaram em instrumentos fundamentais para sua expansão). E para facilitar a realização das operações mundiais, a empresa criou subsidiárias para manter relações diretas com os consumidores do exterior.

Seguindo orientação governamental, nos anos de 1970, a empresa desenvolveu uma política de diversificação de suas atividades, levando a se engajar em projetos para produção de outros componentes (como, bauxita, alumínio, etc.), em processo de horizontalização e verticalização, transformando a companhia num aglomerado empresarial com vínculos estatais, abrangendo mais de duas dezenas de empresas controladas e coligadas pela própria.

Durante a década de 1980, a CVRD manteve a política de diversificação de atividades. A produção de ouro começou em 1984, crescendo em ritmo acelerado graças aos investimentos realizados. A empresa tornou-se a maior produtora individual de ouro na América Latina ao atingir a marca de 12 toneladas em 1993.

A empresa estatal ganha o título de principal exportadora do país e líder do mercado mundial de minério de ferro. A Vale era bem mais que uma empresa mineradora; estabelecia na região as relações sociais, tratando-a como um complexo de negócios de exploração e espoliação de bem humanos, se beneficiando a partir dos recursos naturais e do transporte ferroviário, operando individualmente ou através de associações com companhias nacionais e estrangeiras (DHBB CPDOC FGV).

Em 1995, o sistema CVRD era formado por empresas próprias, 16 controladas, 23 coligadas e participações minoritárias em quatro companhias, voltadas para as seguintes áreas de negócios: atividades de mineração, abrangendo minério de ferro, ouro, manganês, bauxita, cobre e potássio; sistemas de transportes, compostos por ferrovias, instalações portuárias e navios cargueiros de navegação oceânica; produção de pelotas de minério de ferro, alumina e alumínio; atividades no setor de papel e celulose; participação em usinas siderúrgicas no Brasil, Argentina, França e Estados Unidos.



Nessa síntese histórica com objetivo de apresentar brevemente a realidade do ponto de vista histórico e contemporâneo, ressalte-se que em meados de 1970, Cymbalista, Cardoso e Nakashima (2006) sinalizam, conforme um importante movimento do capital externo com a instalação das empresas para extração do minério de ferro no município, entre as quais a Samarco, a Samitre e a Companhia Vale do Rio. Em que a dominação imensurável da qual a classe trabalhadora é acometida, resulta novos padrões de acumulação, inspirado na universalização da economia, pela economia transacional e investimentos financeiros.

Permeado pelo pensamento das políticas neoliberais, essa forma torna-se peça chave da política econômica no Brasil, ocorre o processo de privatização das grandes empresas públicas nacionais, - a partir do Programa Nacional de Desestatização (PND) proposto pelo governo Fernando Collor -, na qual, em primeiro momento, a Vale permanece fora da agenda de privatizações (mantendo estratégias de fuga<sup>14</sup>, enquanto outras companhias de grande porte sofrem o processo de desestatização; como as companhias de telecomunicações).

Os primeiros passos para desestatização da Vale partem da subordinação dos ministros ao presidente da república, em 1995, na reunião do Conselho Nacional de Desestatização (CND), órgão de decisão superior do Programa Nacional de Desestatização (PND) – tarefa com encargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES). E em 6 de maio de 1997, a Vale do Rio Doce foi privatizada em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, após uma enxurrada de ações judiciais que exigiam a interrupção do processo de venda, assim, encurtando seu nome social para Vale.

Atualmente a Vale e a Samarco são as principais mineradoras fontes de recursos através da geração de empregos diretos para a cidade de Mariana<sup>15</sup>. Uma considerável porcentagem da arrecadação do município é decorrente da atividade mineradora. A chegada das mineradoras atraiu muitos trabalhadores/as para o município. Para Fagundes (2013), em

---

<sup>14</sup> Com efeito, em junho de 1992, a Vale inaugurou a prática da assinatura dos contratos de gestão com a União. Tais contratos isentaram certas atividades de autorização prévia do governo, estabelecendo metas anuais para as áreas de produção, vendas, desempenho econômico e financeiro, gerenciamento de dívidas e recursos humanos. Tratava-se de uma saída mais “inteligente” que a privatização, conforme declarou em setembro de 1991 o presidente da companhia, Wilson Brumer, em sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o atraso tecnológico no setor mineral.

<sup>15</sup> As principais “[...] atividades econômicas do município de Mariana são voltadas essencialmente para a mineração, devido às importantes jazidas de minerais metálicos (ferro, bauxita, manganês e ouro) e não metálicos (esteatito, quartzito e gnaisse). As mineradoras Cia. Vale do Rio Doce e Samarco Mineração, responsáveis pela exploração do minério de ferro e ferro-manganês, são as principais propulsoras do desenvolvimento econômico, através da geração de empregos diretos para a comunidade e da geração e recolhimento de royalties para o Município” (SOUZA, SOBREIRA, FILHO, 2005, p. 193).

matéria publicada pelo portal de notícias Revista Dois Pontos<sup>16</sup>, por volta da década de 1950 até o início dos anos 2000, a população urbana saltou de pouco mais de 7 mil habitantes para 47 mil habitantes, aumentando de tamanho a cidade em reflexo das atividades das mineradoras.

Em 2015, pelo excesso de rejeitos retirados da extração de minério e outras causas negligenciadas, ocorreu o crime do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão que pertence a empresa Samarco localizada no distrito de Bento Rodrigues em Mariana. O Rompimento da Barragem de Fundão é considerado uma das mais graves e grande tragédias socioambientais do Brasil. As repercussões na vida e morte das comunidades atingidas, os danos morais, sanitários, ocupacionais, ambientais e psicossociais provocados e evidencia a (in)ação do Estado brasileiro diante das enormes proporções assumidas pela catástrofe considerada como um dos maiores crimes de sua natureza no mundo - fora outras questões antigas que reaparecem como atuais, como: a segurança das barragens e dos trabalhadores do setor, saúde pública e etc.

A Samarco, assume a responsabilidade estatal criando a Fundação Renova estabelecida por meio de um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado entre Samarco, Vale e BHP, os governos federal e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de uma série de autarquias, fundações e institutos (como Ibama, Instituto Chico Mendes, Agência Nacional de Águas, Instituto Estadual de Florestas, Funai, Secretarias de Meio Ambiente, dentre outros) em março de 2016, com a missão de implementar e gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução das regiões atingidas pela Barragem de Fundão. Uma entidade privada e sem fins lucrativos para reorganizar os interesses da classe atingida e para retomada das atividades da empresa que fora embargada após o rompimento – a retomada das atividades acontece no ano de 2019.

No próximo tópico, fundamentaremos a constituição do espaço de acolhimento Comunidade da Figueira inserido no contexto especificado anteriormente, que através das demandas sociais que emergiram nas contradições da dinâmica social do município de Mariana, trazendo elementos que refletem a inserção das políticas sociais, do direito, da cidadania na insurgência de novas formas das políticas estatais e novos espaços socioassistenciais para atender às demandas das pessoas com deficiência, após a Constituição Federal de 1988, tanto em âmbito privado, sem fim lucrativo, quanto em âmbito público.

---

<sup>16</sup> Revista extinta que era administrada por alunos de graduação do curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Assim, com o avanço das forças produtivas do capital seguem desdobramentos contemporâneos com o desenvolvimento do neoliberalismo - que será tratado no subtítulo 2.3 – que se torna crucial para responder as condições enfrentadas pelas adversidades do cotidiano - em que a dinâmica de produção e reprodução das relações sociais do território que está em torno do poder e influência política da Igreja Católica, do Estado (com representações coronelistas), do mercado, economia e da sociedade civil representadas fortemente pela empregabilidade da mineradora.

## **2.2 Assistência Social e Filantropia, FME/“Comunidade da Figueira” como instituição do “terceiro setor” para responder às demandas das pessoas com deficiência**

O Centro de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais – Casa da Figueira foi fundado no dia 1º de janeiro de 1990, em Mariana/MG, pelo Arcebispo Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, a partir de demanda popular e por observar a inexistência de serviços (tanto públicos, quanto privados) e espaços voltados para o desenvolvimento de pessoas com deficiências no município. Mas anterior ao surgimento da instituição, no Brasil, a assistência social passava por um processo, vejamos.

No processo da nova República no Brasil, a Constituição de 1934 foi a primeira a instituir os direitos sociais, porém o Estado ainda exercia um papel secundário na efetivação desses direitos, não era o responsável imediato pela execução dos serviços de assistência social, estes serviços eram realizados por entidades privadas, que executavam políticas voltadas à filantropia. Algumas entidades filantrópicas adquiriram o título de “utilidade pública” e passaram a receber recursos do governo para executar suas funções. Houve a criação de Conselhos, como um órgão do Estado com participação conjunta com a sociedade civil, no sentido de viabilizar políticas públicas.

Somente em 1988, por meio da Constituição Federal de 1988, a assistência social atingiu o patamar de direito social constitucional, porém seletivo, “para quem dela necessita”. Importante passo, pois passa a ser responsabilidade do Estado, incorporando aos princípios da seguridade social; ao restringir a previdência aos trabalhadores contribuintes, universalizar a saúde e limitar a assistência social a quem dela necessitar. Decorre da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/93), para a Política Nacional de Assistência Social de 2004 e para o Sistema Único de Assistência Social/NOB SUAS de 2005.

A política de Assistência Social provê os mínimos sociais, realizada mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento

às necessidades básicas, quando se iniciam os processos de construção da gestão pública e participativa, principalmente, pelos conselhos deliberativos e paritários nas esferas federal, estadual e municipal (MOTTA, 2009). Só tem acesso aos direitos da seguridade social os chamados “segurados” e seus dependentes - a garantia a proteção, às vezes exclusivamente, e às vezes prioritariamente, ao trabalhador e à sua família -, pois esses direitos são considerados como decorrentes do direito do trabalho.

Em um contexto de agudas desigualdades sociais, pobreza estrutural e fortes relações informais de trabalho, esse modelo que fica entre o seguro e a assistencialismo, deixa sem acesso aos direitos a integralidade da seguridade social uma parcela enorme da classe trabalhadora, ou seja, uma política focalista. E é impossível deixar de sinalizar seus limites estruturais na ordem capitalista, demonstrando, assim, as especificidades do município de Mariana, através da institucionalização da Arquidiocese, para responder as demandas da herança colonial.

A Fundação Marianense de Educação (FME) foi instituída com apoio da Arquidiocese de Mariana, pelo Arcebispo Dom Oscar de Oliveira<sup>17</sup>, no município de Mariana, Minas Gerais, no dia 31 de agosto de 1971. Em princípio, sua finalidade foi manter a Faculdade de Filosofia de Mariana como um órgão de colaboração com o poder público de acordo

Em 1988, após a chegada de Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida<sup>18</sup> na Arquidiocese de Mariana, a FME passa atuar através de ações educacionais, comunitárias junto às famílias e comunidades, criando novos espaços em ampliação do acesso ao direito, via filantropia, e também mantendo outros como escolas, centro educacionais comunitários, centros profissionalizantes e em diversas outras atuações sociais nos municípios da Arquidiocese. Situando a instituição e introduzindo desde já uma análise crítica, ressalte-se que, para Yazbek (1995)<sup>19</sup> apud Montaño (2002, p. 3-4).

parcelas importantes das respostas à “questão social” são *privatizadas* e transferidas ao *mercado* (quando lucrativas) e à “*sociedade civil*” ou “*terceiro setor*” (quando deficitárias), que vende ou fornece “*gratuitamente*” os serviços sociais. [...] no projeto neoliberal, significa a coexistência de três tipos de respostas”. [...] b) a re-filantropização das respostas à “questão social”.

<sup>17</sup> Dom Oscar de Oliveira nasceu em 9 de janeiro de 1912, na cidade mineira de Entre Rios de Minas, dogmático, seguia com ensinamentos do catolicismo.

<sup>18</sup> De acordo com Vieira (2017, p. 6), “D. Luciano nasceu em 1930, se ordenou padre jesuíta e aos 46 anos se tornou bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo. Filho de família tradicional no Rio de Janeiro, estudou em Roma e veio a ser figura influente nos campos político e religioso”.

<sup>19</sup> YAZBEK, Maria Carmelita. **A política social brasileira dos anos 90: a re-filantropização da questão social.** Cadernos Abong, nº 3. São Paulo, ABONG, 1995

Desde a inauguração do Centro de Apoio, até o ano de 2016, este se configurava unilateralmente enquanto instituição de “terceiro setor”, sem fins lucrativos, vinculada ideologicamente à moral cristã e à perspectiva assistencialista. Estas características permanecem presentes na imagem social da instituição, ainda que, atualmente, execute um serviço integrado a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), vinculado à perspectiva do acesso ao direito partindo da proteção social especial de média complexidade e da proteção básica (dentre estes, na Proteção e Atendimento Integral à Família<sup>20</sup> [PAIF] e Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos [PAEFI], articulado com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a Proteção Básica [SCFV]<sup>21</sup> e no atendimento ao Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas<sup>22</sup>).

Atualmente, nomeada como Comunidade da Figueira, a instituição funciona com cerca de 20 profissionais e 66 educandos, com idades variáveis da infância à idade adulta. O principal objetivo é o acolhimento, de forma integral<sup>23</sup>, à pessoa com deficiência, buscando favorecer uma melhor condição de vida para cada atendido através de atividades que estimulem o despertar dos aspectos cognitivos, motores e afetivos (FIGUEIRA, 2019). Isso por meio de trabalhos didáticos, treinamentos das atividades da vida diária e capacitação para a realidade social.

Vinculado à Igreja Católica/Arquidiocese, à NOB/SUAS e PNAS, a instituição encontra-se registrada no Conselho Municipal de Assistência Social do município de Mariana, bem como no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS)<sup>24</sup>. No que diz respeito a relação interinstitucional com a prefeitura de Mariana, a mesma constitui uma relação público-privada. Nessa relação institucional entre o público e o privado, o setor Serviço Social começa a ser implementado como prática profissionalizada na instituição apenas recentemente, em março de 2019.

---

<sup>20</sup> O serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) integra o nível de proteção social básica do SUAS; que se refere à proteção básica: prevenção de situações de risco social provenientes da pobreza ou da fragilidade afetiva, através do desenvolvimento de práticas que fortalecem os vínculos familiares e comunitários.

<sup>21</sup> O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

<sup>22</sup> O serviço contribui para a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoa idosa aos serviços e a toda rede socioassistencial, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

<sup>23</sup> As atividades dos usuários iniciam por volta das oito horas da manhã, e o término dessas na instituição é por das dezessete horas, regulando tempo com o retorno dos usuários para suas casas (o tempo de permanência vai variando conforme o perfil do usuário).

<sup>24</sup> O reconhecimento como instituição de assistência social se estabelece por meio da inscrição da ONG no Conselho Municipal de Assistência Social, realizado somente quando atende aos requisitos exigidos na LOAS, pela tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009 e pelos conselheiros – lembrando que o serviço recebe e disputa recursos públicos para seu funcionamento.

A Comunidade da Figueira possui um convênio com a Prefeitura de Mariana, o que lhe confere um repasse anual de quantia do fundo público municipal. Neste fundo, observa-se que o recurso público alocado na instituição não é suficiente para manter a integralidade do serviço. Numa análise crítica, tal como traz Montañó (2002, p. 4), as atividades do “[...] ‘terceiro setor’ não têm condições de autofinanciamento e requerem, particularmente, a transferência de fundos públicos para seu funcionamento mínimo.”, mas que é determinante para continuidade dos trabalhos da instituição.

Segundo o Censo (IBGE, 2010), o território de Mariana possui 54.219 habitantes e a população estimada em 2018 foi de 60.142<sup>25</sup>. Cabe destacar a amostra coletada pelo Censo (IBGE, 2010), na qual consta que a população com mais de 10 anos e que tem algum tipo de deficiência (variando em intelectual, auditiva, motora etc.), totaliza 3846 habitantes e cerca de 9,03% dos habitantes, sendo os equipamentos de proteção básica e especial (CRAS<sup>26</sup> e CREAS<sup>27</sup>), e uma instituição de cunho filantrópico que determinam o acolhimento dessa população em âmbito da assistência social no município.

No que diz respeito aos usuários/as atendidos pela entidade, cumpre considerar que na apropriação do modo de produção e reprodução do capitalismo, a deficiência<sup>28</sup> se adensa como mais uma expressão da “questão social” na contradição capital x trabalho. De acordo com o CFESS (2010):

podemos elencar pessoas com deficiência que, com a singularidade de suas diferenças, tiveram, na totalidade da vida social, suas objetivações humanas sobressaltadas internacionalmente em diferentes momentos sócio-históricos. [...] ao longo da história da humanidade, a resposta social e coletiva dada à vida das pessoas

<sup>25</sup> Desses, 6.498 habitantes (12,0%) estão na área rural e 47.721 habitantes (88,0%) na área urbana.

<sup>26</sup> Uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF.

<sup>27</sup> Um órgão estatal de abrangência municipal integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) tem por objetivo ofertar ações de orientação, proteção e acompanhamento às famílias com um ou mais membros em situação de risco pessoal e social, ameaça ou violação de direitos.

<sup>28</sup> De acordo com CFESS (????) “na antiguidade, por exemplo, as pessoas com deficiência, tidas como disformes, eram submetidas ao abandono ou eram sacrificadas. Na Idade Média, eram pessoas com defeito e deformidade, que estavam associadas a pecadoras, cabendo, portanto, sua segregação em asilos e ações de caridade para sua purificação e salvação.” Sendo que apenas a partir de 1960, deu-se início aos movimentos sociais com o intuito de promover a reinserção social das pessoas com deficiência (OLIVEIRA; ARAÚJO; ROMAGNOLI, 2006). Nesse contexto, segundo Carvalho (1999), no Brasil, em 1991, foi criada a Lei nº 8.213 que estabeleceu que empresas com mais de 100 trabalhadores tivessem em seu quadro funcional de 2% a 5% de trabalhadores com deficiência. Porém, foi somente a partir de 2001 que o cumprimento da lei começou a ser fiscalizado no país. E, em 2019, no governo Bolsonaro, “o Projeto de Lei nº 6.159/19, do Poder Executivo, altera as políticas de habilitação e reabilitação profissional e as medidas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho” anulando parte da Lei nº 8.213, em caso de contratação da pessoa com deficiência, o empregador pode escolher em não contratar e pagar uma multa.

com deficiência é de desvalorização, carregada de sistemas de preconceitos e práticas discriminatórias, opressoras e reprodutoras de violências.

Ao assegurar as necessidades das pessoas com deficiência, a partir dos moldes constitucionais, a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) prevê em seu artigo primeiro a base da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo como a:

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015, Art. 1º).

Ao pensar nas condições de vida das pessoas com deficiência no produzir e reprodução da vida social<sup>29</sup> - considerando-os usuários da seguridade social e da política de educação - vale ressaltar o debate da inserção dessa população dentro da organização societária, movimento que reitera a apropriação da força de trabalho para o capital. Tendo em vista as contradições e a dificuldade da garantia dos seus direitos a partir da interseccionalidade das políticas públicas e sociais, que diz respeito a precariedade dos serviços voltados para pessoas com deficiência e as condições da sua própria vida, o que remete, no limite, às bases sociomateriais e econômicas limitadas do capitalismo dependente.

As dificuldades e limitações para efetivar os direitos de cidadania por meio do Estado e suas políticas sociais não se dão de modo involuntário. Em relação a seguridade social, consideramos relevante salientar nas contribuições de Mota (2009) reconhece a seguridade como um fetiche social, colocando-a em uma relação direta com as desigualdades sociais, ou seja, essa política se tornou um mecanismo determinado pela esfera da produção material fortalecido no plano superestrutural. Dessa forma, considera-se o efetivo estatuto da Assistência Social como um mecanismo de interlocução entre a base na produção material das contradições postas pela sociedade burguesa e a luta de classes. Tais considerações permitem que não pensemos as políticas públicas como direitos estritamente alcançados pelas reivindicações da classe trabalhadora, porque elas também vão ao encontro dos interesses da classe dominante e dos moldes que o Estado busca manter seu *status quo* no capitalismo monopolista e se manter no controle.

---

<sup>29</sup> Conforme o CFESS (???) , retrata que “historicamente as relações sociais predominantes são as conservadoras, classistas e de dominação entre os homens e, nessa dinâmica, às pessoas com deficiência coube ora a extinção, ora a condição de segregação ou de coisificação”.

E na luta pela reivindicação dos direitos, no âmbito da emancipação política e do Estado brasileiro, a partir da correlação de forças nos interesses para a inclusão das pessoas com deficiência na divisão sócio técnica do trabalho e diante da sua própria autonomia, fora assegurada na Constituição de 1988 pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência instaurada tardiamente pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015)<sup>30</sup>.

São expressivas as características que o município apresenta nos últimos anos, diante das normativas, recursos e percebe-se que há grandes lacunas no que concerne atendimento à pessoa com deficiência através dos serviços públicos em Mariana, apontado o papel que terceiro setor tenta cumprir no que tange aos direitos e as demandas das pessoas com deficiência e do seu núcleo familiar, que não são, na maioria das vezes, assegurados pelo Estado a partir dos serviços ofertados pela assistência social. Sob uma liderança de uma entidade âncora e em articulação com entidades parceiras, passam atuar em diferentes municípios sem sucessão pela sanção das instâncias deliberativas e de controle social em favor de sua privatização com a refilantropização da política de assistência social, se expressa em uma via de mão dupla, pela transferência de responsabilidades governamentais para organização sociais e organizações da sociedade civil de interesse público e do outro lado, uma crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais (IAMAMOTO, 2009). Assim, se torna imprescindível fazer uma leitura minuciosa do complexo do movimento do capital, para de fato, fazer uma análise mais próxima da realidade e criar perspectivas transformadoras de uma ação instrumentalizada do assistente social.

A chegada das mineradoras na cidade, contribui diretamente entre continuidades e rupturas, entre o velho e o novo, e com intensificação das expressões da “questão social”<sup>31</sup> em Mariana. A fundação, para além das escolas de ensino, é uma entidade mantenedora de várias propriedades com intuítos de amenizar as expressões da “questão social”. A gama desses serviços ofertados, sem fins lucrativos gestados pela Igreja Católica, conforme será

---

<sup>30</sup> Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3o do art. 5o da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno. Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

<sup>31</sup> Decorrente da contradição entre capital e trabalho e se expressa de diferentes maneiras, entre as expressões mais latente estão o pauperismo e a pobreza; uma das categorias mais importantes deste trabalho que será tratada mais diretamente no tópico 2.3.



desenvolvido no presente estudo, representa um domínio instrumental religioso diante ao Estado no que tange à

estratégia neoliberal tende, sobretudo, a instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias: o chamado “terceiro setor”, os valores altruístas de “solidariedade individual” e do “voluntarismo” e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam. O capital luta por instrumentalizar a sociedade civil – torná-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável. O debate sobre o “terceiro setor”, como ideologia, transforma a sociedade civil em meio para o projeto neoliberal desenvolver sua estratégia de reestruturação do capital, particularmente no que refere à reforma da Seguridade Social. Portanto, a funcionalidade do “terceiro setor” ao projeto neoliberal consiste em torná-lo instrumento, meio, para: (...) Justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social (MONTAÑO, 2002, p. 6).

Ou seja, as práticas caritativas predominam a instrumentalização da prática profissional no “terceiro setor”, que lida com a quantidade das ações, não associando a qualidade delas, assim, a importância de entender as disposições do capitalismo que tem uma perspectiva neoliberal enquanto ação interventiva em instituições para com a sociedade civil, e como se dão as relações de amenizar as expressões da questão social nesses espaços padronizados ao modo de produzir e reproduzir as relações sociais. E, para que isto se reverta, temos que entender as disposições do capitalismo, e como as expressões da questão social se transformam, como também as respostas a elas.

### **2.3 Capitalismo, questão social, política neoliberal e terceiro setor**

Por conseguinte, ao que já fora abordado sobre o solo sócio histórico da instituição e dispondo da compreensão de Netto e Braz (2006), o modo de produção capitalista tem como característica a “produção e reprodução das relações sociais”, na qual “põem frente a frente capitalistas e proletários”, a divisão de classes (NETTO; BRAZ, 2006, p. 149). Entende-se que neste os primeiros são detentores dos meios de produção e os outros, possuidores da mercadoria *força de trabalho*.

O modo de produção capitalista se funda na exploração da força de trabalho, durante a jornada para o lucro “(...) produz mais valor que o valor requerido para tal reprodução; é desse valor excedente (a mais-valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 119). Assim, capitalista compra força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo seu valor de uso.

Conforme Netto e Braz (2006), a lei geral da acumulação capitalista retrata concomitantemente um enorme crescimento da riqueza social e, do mesmo modo, uma

enorme eclosão da pobreza. À vista da acumulação e das variações que vão se estabelecendo nas fases do capitalismo (mercantil, concorrencial e monopolista) emerge as expressões “questão social” diante dos desdobramentos de adensamento do pauperismo – onde a produção de riquezas é coletiva e a sua apropriação privada. O liberalismo e a superexploração do trabalho são formas perversas da marginalização de uma parcela significativa da população com sofrimento generalizado como elemento essencial de sua formação através de prática flexíveis, instáveis e sofríveis.

A questão social, de acordo com Netto e Braz (2006), se expressa na contradição capital-trabalho, nas lutas de classe, pela desigualdade na participação na produção e na distribuição da riqueza social. Justamente quando a base urbano-industrial do capitalismo - no final do séc. XVIII e início do séc. XIX -, em sua fase madura e consolidada, transforma todas as relações sociais, instituições, valores, em meios para acumulação capitalista e a reprodução das relações sociais (MONTAÑO, 2002). Um processo que ocorre tardiamente no Brasil – a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista<sup>32</sup> - tendo início do século XX, quando se consolida a relação de acumulação no país e pondo a mencionar as premissas sobre a “nova questão social” –, como se a “questão social” não derivasse da lei de acumulação capitalista - e da especificidade latino-americana, do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho.

E a própria “questão social” continua inalterada, de acordo com Montañó (2002); o que se verifica é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, de suas refrações e expressões. O que há são novas manifestações da velha “questão social”. Em relação à lei geral de acumulação capitalista, o autor cita Marx, quando este afirma que,

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências das riquezas [... E] quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (MARX, 1984, I, 2, p. 209).

---

<sup>32</sup> A constituição da organização monopólica obedeceu a urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados (NETTO, cap. Mono). “Confrontando com o momento da composição orgânica do capital e com riscos crescentes da amortização do capital fixo, numa época em que as crises periódicas são consideradas inevitáveis, o capitalismo de monopólios visa, antes de mais nada, prevenir e aumentar a taxa de lucro dos trustes” (NETTO apud MANDEL, 1969, 3: 94). E nessa fase do capital monopolista, principalmente, faz aumentar a taxa global de afluência de trabalhadores ao exercício industrial de reserva (NETO apud SWEEZY, 1977, p. 304).

No contexto atual, para pensar, organizar e efetivar respostas às sequelas trazidas pelo capital com as expressões da chamada “nova questão social”, são implementadas as políticas neoliberais, onde a “resposta social” “tende a ser externalizada da ordem social e transferida para o âmbito imediato e individual”, argumento apresentado por Montaño (2002).

Conforme Netto e Braz (2006, p. 150), “a produção e reprodução não é tão somente produção e reprodução de mercadorias e mais-valia: é a produção e reprodução das relações sociais”. E imaginar a pensar respostas da “questão social” dentro do próprio modo de produção e reprodução do capital, que mantém e reproduz o domínio dos meios de produção e a acumulação do capitalista, não é algo plausível.

Avançando para a consideração mais cuidadosa de outro tema importante para os propósitos do presente estudo, destaque-se que no Brasil, a promulgação da Constituição de 1988 e a concepção de Seguridade Social – constituída pelas Previdência, Saúde e Assistência – parecem ser, para os ideólogos que defendem o sistema do capital e a manutenção do status quo, as vilãs dos processos sociais no território (BRESSER PEREIRA, 1998<sup>33</sup> apud MONTAÑO, 2002). O projeto neoliberal, que ganha muita força na América Latina e no Brasil nos anos de 1990, quer erradicar com a condição de direito das políticas sociais (com caráter universal, com a igualdade do acesso, conforme atual a concepção constitucional), no âmago da solidariedade e responsabilidade social e diferencial – com a contribuição massiva da população em financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um -, conforme apresenta Montaño (2002).

Pela concepção neoliberal, Montaño (2002, p. 3) apresenta a problemática das Políticas Sociais afirmando que:

(...) elas são retiradas paulatinamente da órbita do Estado, sendo privatizadas: transferidas ao mercado e/ou alocadas na sociedade civil. (...) essas políticas sociais estatais são focalizadas, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de carências pontuais, com necessidades básicas insatisfeitas. (...) elas são também descentralizadas administrativamente; o que implica apenas numa desconcentração financeira e executiva, mantendo uma centralização normativa e política.

Em idêntico sentido, os serviços sociais, a assistência estatal, as subvenções de produtos e serviços de uso popular, os “complementos salariais” etc., se veem fortemente reduzidos em quantidade, qualidade e variabilidade. O que significa que os “serviços estatais para pobres” são “pobres serviços estatais” (MONTAÑO, 2002).

---

<sup>33</sup> BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a Cidadania**. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, Editora 34, 1998.

As parcelas importantes das respostas à “questão social” são privatizadas e transferidas ao mercado (quando lucrativas) e à “sociedade civil” ou “terceiro setor (quando deficitárias), que vende ou fornece “gratuitamente” os serviços sociais. O que no projeto neoliberal, significa a coexistência de três tipos de respostas”, entre elas o foco na re-filantropização das respostas à “questão social” (YAZBEK, 1995 apud MONTAÑO, 2002).

Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal – precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais – e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto-ajuda. É neste espaço que surgirá o “terceiro setor”, atendendo a população “excluída” ou parcialmente “integrada”. Isto se constitui como “uma luva na mão” do projeto neoliberal (MONTAÑO, 2002, p. 3-4).

A miséria e a desgraça da classe trabalhadora se tornam mais suportáveis, quando se ocupa o tempo, que o desenvolvimento tecnológico “libera” ao trabalhador, para desempenhar atividades voluntárias, filantrópicas e de ajuda-mútua (em proveito da própria comunidade ou vizinhança). Disfarçando o desemprego, transformado ideologicamente em “tempo-livre”, e “(...) passa a ser agora autor-responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de carecimentos, e da ação filantrópica, ‘solidária-voluntária’, de organizações e indivíduos” (MONTAÑO, 2002, p. 11).

A fim de relacionar os argumentos aqui apresentados, no que tange ao capitalismo e aos limites dos direitos, das políticas sociais nesse sistema econômico e de relações sociais com o interesse mais específico da presente pesquisa, ressalte-se que ainda que a Comunidade da Figueira tenha sido inserida no Cadastro Nacional de Entidades Socioassistenciais e possua inscrição e assento no Conselho Municipal de Assistência Social (com uma assistente social cedida pela prefeitura<sup>34</sup>), o processo de implementação da Política de Assistência, a partir de suas diretrizes, objetivos e princípios se faz um desafio. Isto, devido aos elementos de continuidade da perspectiva da caridade, como também pela sobrecarga de trabalho diante da não composição de equipe mínima estabelecida na NOB SUAS/RH. Para Montaña (2002, p. 3), seguindo a lógica Institucional:

em idêntico sentido, os serviços sociais, a assistência estatal, as subvenções de produtos e serviços de uso popular, os “complementos salariais” etc., se vêem

---

<sup>34</sup>A prefeitura também disponibiliza o transporte para acesso dos usuários à Instituição, além de alocar recursos humanos para atuação em funções diversas: profissionais do Programa Renda Mínima, Jovens Aprendizizes, funcionários oriundos da Rede Cidadã, assistente social vinculada à SEDESC, dentre outros.

fortemente reduzidos em quantidade, qualidade e variabilidade. O que significa que os “*serviços estatais para pobres*” são “*pobres serviços estatais*”.

Os chamados 1º, 2º e 3º setor compõem na realidade uma totalidade imbricada, indissociável, auto relacionada, interdependente, só existente em relação de reciprocidade: o metabolismo do mercado e da produção só existe mediante a existência do Estado (funções administrativas, coercitivas, coesivas etc.), o chamado 3º setor só existe como tal nessas relações e imbricações, servis ao sócio metabolismo do capital. Na interpretação governamental, ele é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor), considerado como “esfera pública não estatal”, constituída por organização da sociedade civil de interesse público, instituições de cunho filantrópico, organizações não-governamentais e sem fins lucrativos voltadas ao desenvolvimento social.

O segundo setor, com fundamento o direito à propriedade privada, tem como objeto central o intercâmbio de mercadorias e sua livre circulação, como uma forma particular de relação entre os sujeitos, de compra e venda da força de trabalho, que permeia todas as relações histórico-universal presente na sociedade burguesa. Neste contexto, a circulação cumpre sua função social, revestindo a aparência ideológica da liberdade, caracterizando o trabalho livre com faculdade da própria venda, quanto a livre produção se submeta a contratos que os dominam. Portanto valores universais do poder de compra e venda determinados pelo segundo setor, no intuito de acumular em detenção de maior concentração de poder.

O “Terceiro Setor” se insere como um “novo modelo de gestão da área social”, conforme Iamamoto (2009), trazendo elementos intrínsecos ao caráter fraterno. Assim, regride como uma fundação privada do direito que administra recursos direcionados a doações ou de empresas que em buscam isenção fiscal<sup>35</sup> criam projetos voltados às demandas sociais. Demonstrado pela

(...) desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e a reestruturação produtiva vão da mão da reforma do Estado, sobretudo na sua desresponsabilização da intervenção na resposta às sequelas da “questão social” (...) de uma responsabilidade do conjunto da sociedade em financiar esta ação estatal para uma auto-responsabilidade dos necessitados pela solução dos seus próprios carecimentos (MONTAÑO, 2002, p. 3).

Toda demanda social atendida por essas entidades do “terceiro setor”, (como exemplo do estudo, a Igreja Católica com a Comunidade da Figueira), tende a ser, geralmente,

---

<sup>35</sup> Como a Lei Rouanet nº 8.313 de 1991.

transformada em demandas de emergência, tratando o fenômeno de maneira assistencialista – característica da atividade curativa. Proporcionando

a retirada dos seus fundamentos sistêmicos da política social e, eliminando as mediações, transformada em demanda imediata, apenas tratando a forma manifesta da questão de fundo [...] sem garantia [...] e como uma atividade curativa (MONTAÑO, 2002, p. 9).

Ao correlacionar ao usuário da Comunidade da Figueira, o serviço emergencial desse espaço cria uma dependência crônica do ‘necessitado’, no entanto, não garante permanência na prestação. Por sua vez,

tende a responder à demanda de forma precária, insuficiente para minimamente atender às necessidades do “demandante”. Finalmente, a atenção, por parte destas “entidades”, da demanda social, termina por calar as vozes desconformes com as condições de vida dessa ordem social. É, portanto, uma atividade ainda mais desarticuladora e inibidora do descontentamento e da tendência à rebeldia. Os conflitos de classes, as tendências subversivas e transgressoras da ordem, seriam canalizadas por mecanismos institucionais e convertidas em confrontos “dentro” do sistema, e não mais “contra” o sistema. De lutas de classes, desenvolvidas na sociedade civil, passa-se a atividades de ajuda-mútua em parceria com o Estado e o empresariado (MONTAÑO, 2002, p. 8).

As condições garantidas dos serviços se alteram em medida do caráter incorporado pelo neoliberalismo, dificultando mais ainda o acesso aos direitos no âmbito do “terceiro setor”,

(...) de precária intervenção estatal, de re-filantropização da “questão social”, acompanhada de uma re-mercantilização desta, desenvolvida pela empresa privada, consolidam-se três modalidades de serviços de qualidades diferentes – o privado/mercantil, de boa qualidade; o estatal/ “gratuito”, precário e o filantrópico/voluntário, geralmente também de qualidade duvidosa – para duas categorias de cidadãos: os “integrados”/consumidores e os “excluídos”/assistidos (MONTAÑO, 2002, p. 4).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) se posiciona criticamente diante destes espaços do fundo de solidariedade e refilantropização da Política de Assistência Social (CFESS, 2009) por identificar como

tendência de deslocamento da satisfação de necessidades da esfera pública para esfera privada” “[...] em detrimento das lutas e conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social (IAMAMOTO, 2009, p. 22-23).

De acordo com Guerra (2000, p. 13), “o processo produtivo capitalista detém a propriedade de converter as instituições e práticas sociais em instrumento/meios de reprodução do capital”. Localiza-se o papel em destaque do Estado, guiado pelos governos neoliberais, para a instrumentalização do próprio bem-estar social<sup>36</sup>. O Estado se afasta da intervenção social, porém subsidia e promove a ação social a partir do “terceiro setor”, colocando a sociedade como responsável pela resposta às sequelas da “questão social”, e que o Estado é, na verdade, o instrumento<sup>37</sup> privilegiado de sua realização. Assim,

a intervenção estatal na “questão social” é financiada mediante a contribuição compulsória de toda a sociedade, incluindo o capital. As classes e o conjunto dos cidadãos participam desigualmente (segundo sua renda e/ou seu patrimônio) no financiamento dessa intervenção social do Estado (MONTAÑO, 2002, p. 8).

Institui-se a ideologia do possibilismo, particularmente no que refere à reforma da Seguridade Social, a funcionalidade do “terceiro setor” ao projeto neoliberal consiste em torná-lo instrumento, meio, para, conforme Montano (2002, p. 6):

- a) Justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social;
- b) Desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais;
- c) Despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em “parceria com o Estado”.

Em vista disto, o capital se desonera da contribuição compulsória na intervenção na “ação social” assumindo a forma voluntária da “doação” e não da obrigação; e a relação estabelecida entre Estado e sociedade civil tende a ser instrumentalizada, convertida em meio para alterar o foco das lutas sociais – em parceria precária com o Estado e em articulação com a filantropia empresarial, na procura do ‘melhor possível’ nas possibilidades da acumulação. (Montano).

---

<sup>36</sup> *Welfare State* ou o Estado de Bem-Estar-Social surgiu após a Segunda Guerra Mundial, para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de serviços prestados, de caráter público, (como educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos) e reconhecidos como direitos sociais. Seu desenvolvimento está intimamente relacionado ao processo de industrialização e os problemas sociais gerados por ele.

<sup>37</sup> De acordo com Montano (2002, p. 6), “o capitalismo monopolista na atualidade, orientado pelos princípios neoliberais, desenvolve uma nova estratégia geral de enfrentamento da atual crise de acumulação capitalista, de reprodução das relações sociais e de legitimação sistêmica, tal que exige re-institucionalizar sujeitos, instituições, práticas, valores, etc. A estratégia para isto é complexa e opera em diversas frentes: instrumentalizar várias questões, torná-las meios para estes fins, fazê-las funcionais aos objetivos neoliberais.”

Os combates travados pela sociedade civil contra o neoliberalismo, da globalização, das “tendências mundiais” modernas, “parece ser uma ‘rebeldia sem causa’, de teimosos e nostálgicos dos “velhos” projetos macrossociais que tinham o Estado como centro: o socialismo e a social-democracia” (MONTAÑO, 2002, p. 10). Operando *naturalmente* as tendências atuais a partir do

descrédito ao ideário/projeto socialista (como se tivesse fracassado) que, juntamente com o descrédito sobre as formas socialdemocratas no sistema capitalista (no legislativo, na justiça, na burocracia estatal, na capacidade de influenciar nas decisões democráticas), leva a uma desconfiança na intervenção estatal nas sequelas da “questão social” que aflige a população.

O saldo deste tópico estabelece a relação dos direitos, políticas sociais, e a cidadania, em que leva às questões imbricadas do capitalismo, entre Estado, mercado, e o terceiro setor e de toda uma produção e reprodução do modo de ser destes sujeitos específicos que são atendidos pela Comunidade da Figueira no município de Mariana. Com rebatimentos nas expressões da “questão social”, que tem como exemplo da ruptura de barragem de rejeito, que evidência a máxima violência que está atrelada à responsabilidade privada, insere-se bravamente na expropriação e no desmonte das possibilidades públicas, adensando o movimento contínuo junto ao neoliberalismo instalado no país, após a Constituição de 1988.

E em função da inserção das mineradoras na região, a forma de suprir as necessidades na cidade, em vários âmbitos (uma explosão de demandas de alimentos, saúde mental, renda, moradia, etc.), cumpre a forma da terceirização e quarteirização do trabalho em prol de um desenvolvimento que causa desdobramentos mais violentos causados pelas empresas. E de cunho filantrópico para responder as demandas causadas pelas empresas mineradoras, a Fundação Renova como a Comunidade da Figueira, compõem alguns dos espaços sócio ocupacionais do assistente social, tal qual, através das práticas neoliberais, definem uma relação distanciada com as demandas trazidas pelas condições de vida das pessoas que necessitam, propondo o julgo da qualidade e da quantidade das intervenções propostas por essas empresas e suas relações.

Os apontamentos dos marcos históricos se fazem necessário para aproximar o/a assistente social de uma intenção de romper com antagonismos profissionais e de classe ao instrumentalizar o seu processo de trabalho ligado a um Projeto Ético Político (PEP). O intuito de que os futuros profissionais consigam planejar suas ações, em sentido refletir sobre as demandas concretas e postas pelo modo de produzir e reproduzir a vida na contemporaneidade, assim, possibilitando à críticas das demandas institucionais. E em função



de trazer elementos estéticos de uma interpretação marxiana da realidade, aos quais, apresento características fundamentais do capitalismo, sua universalização, as particularidades vivenciadas na América Latina e as singularidades do município de Mariana, empresas e suas relações.

Os apontamentos dos marcos históricos se fazem necessário para aproximar o/a assistente social de uma intenção de romper com antagonismos profissionais e de classe ao instrumentalizar o seu processo de trabalho ligado a um Projeto Ético Político (PEP). O intuito de que os futuros profissionais consigam planejar suas ações, em sentido refletir sobre as demandas concretas e postas pelo modo de produzir e reproduzir a vida na contemporaneidade, assim, possibilitando críticas das demandas institucionais. E em função de trazer elementos estéticos de uma interpretação marxiana da realidade, aos quais, apresento características fundamentais do capitalismo, sua universalização, as particularidades vivenciadas na América Latina e as singularidades do município de Mariana, ao ponto que no próximo capítulo, especificarei as relações dessa historicidade do metabolismo capitalista ao relacionar à emergência da profissão do Serviço Social, tal como, sua articulação quanto uma área de produção de conhecimento científico no manejo de uma relação em uma instituição de “terceiro setor” que se estabelece pelas políticas neoliberais.

### **3 INSTRUMENTALIDADE EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL**

Neste capítulo trarei elementos para discutir a natureza do Serviço Social, os aspectos e as demandas emergentes na contemporaneidade em relação ao processo de trabalho do/a assistente social, apresentado os limites e possibilidades da efetivação da prática profissional e as reflexões de elementos cruciais para fortalecer a produção de conhecimento da categoria profissional, como também, evidenciar a importância da investigação e intervenção na prática cotidiana do profissional.

#### **3.1 Os espaços sócio ocupacionais do assistente social**

Neste tópico, a fim de descrever a Comunidade da Figueira na diversidade dos espaços sócio ocupacionais do assistente social, leva-se em consideração apresentar desdobramentos históricos do movimento complexo da divisão sociotécnica do trabalho, que particulariza as competências e atribuições profissionais. Como elemento indissociável das condições da venda da força de trabalho do assistente social, o trabalhador assalariado e orientado por um projeto profissional, se faz fundamental um olhar ao processo histórico da cultura profissional. Para aproximar a instituição a atribuir requisições e demandas se apoiando em valores radicalmente humanos ao tratar dos determinantes históricos e forças sociais, assumindo essencialmente uma direção política em que se expressa em uma auto imagem profissional e de um horizonte social.

Isso remete ao enfrentamento dos dilemas do trabalho produtivo e o improdutivo, e da relativa autonomia, cujas características dependem das relações estabelecidas com específicos sujeitos sociais ligados a projetos societários antagônicos, classistas, na dimensão que se realiza o trabalho do assistente social. Em processo de movimentos internos da profissão, já que não se dava conta das intervenções e da teoria conservadoras no exercício profissional, nas lutas pela incorporação da teoria social crítica no universo da profissão. Ao delongar do tópico, argumentarei com a autora Iamamoto levantando perspectivas de atuação profissional dentro das limitações - já expostas - das especificidades da atuação na Comunidade da Figueira.

Prontamente a instituição que emprega o assistente social expressa as limitações aos seus atributos, recursos e aos vínculos empregatícios - isto para demonstrar que a Comunidade da Figueira é uma instituição que tem seus limites para o enfrentamento das

demandas das pessoas deficientes. E a instituição que o assistente social se insere é produto da própria história e está condicionada tanto: “a) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças; b) pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional” (IAMAMOTO, 2009, p. 3).

No Brasil dos anos de 1930, o Serviço Social emerge como profissão no momento histórico requisitado pelo domínio do Estado e do empresariado, em que ambos começam a intervir nas consequências advindas da “questão social”. O Serviço Social se insere neste período de constantes conflitos entre as classes sociais de modo a promover o controle e a reprodução (material e ideológica) das classes subalternas (IAMAMOTO, 2009), no sentido de apaziguar os problemas gerados à ordem social.

Neste momento de emergência da profissão, o Serviço Social atua nas funções executivas das políticas sociais, também chamadas de funções *terminais*. Todo o processo de concepção e planejamento das políticas sociais ficavam a cargo de outras categorias profissionais e dos agentes estatais. Uma cisão clássica na categoria profissional entre o trabalho intelectual e o trabalho com funções terminais ou trabalhos manuais.

O movimento de Reconceituação do Serviço Social proporcionou um aprofundamento teórico-metodológico (principalmente a partir do diálogo com a tradição marxista e, sobretudo, com a obra marxiana, assunto abordado no primeiro tópico do capítulo 3), possibilitando a profissão romper com esse caráter meramente executivo e conquistar novas funções e atribuições. Assim, a dicotomia foi superada no âmbito profissional, e tal conquista se expressa no Art. 4º, Inciso II da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993):

Art. 4º. São competências do Assistente Social: II. elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.

Agora, partindo dos aspectos da metamorfose da vida social, em um sentido mais amplo, as complexidades e especializações do trabalho do ser social se desdobram das formas primitivas da divisão social do trabalho (expressão econômica do caráter social), concretizando o produto em propriedade - e a propriedade em relações de troca.

A divisão social do trabalho expressa a relação da atividade do homem, que se revela, na propriedade e na relação ao produto dessa ação, em vista que “no mundo dominado pelo valor de troca, o indivíduo produz para si ao produzir para a sociedade, na qual cada membro

trabalha para ele em outra esfera”. E “à medida que a satisfação das necessidades sociais se torna mediada pelo mercado”, ou seja, “[...] pela produção, troca e consumo de mercadorias, tem-se a crescente divisão do trabalho social” (IAMAMOTO, 2009, p. 11).

O desdobramento histórico da divisão social do trabalho expressa simultaneamente o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho. Vindo constituir a cada fase da divisão social do trabalho uma forma de propriedade, ou a cada estágio do desenvolvimento das forças produtivas corresponde a uma das formas de apropriação do trabalho (MARX; ENGELS, 1977<sup>38</sup> apud IAMAMOTO, 2009, p. 12). Já na sociedade capitalista e nas dimensões da propriedade privada, corresponde a expressão do trabalho humano num contexto da alienação.

O desenvolvimento da divisão social do trabalho torna o indivíduo tão unilateral quanto multilaterais são suas necessidades, fazendo que o produto da sua atividade lhe sirva apenas como meio de troca, visto que o caráter desse trabalho não é diretamente social (IAMAMOTO, 2009, p. 9). Exigindo do sujeito que seu trabalho determinado seja simultaneamente produto universal, passível de troca por qualquer outro. Não exigindo o interesse pelas marcas deixadas pelo trabalho concreto, do qual a mercadoria é realizada (revelando o seu valor, sendo uma mercadoria ou serviço).

Analisando a profissão diante da complexidade, vê-se uma categoria fundamentalmente feminina, e majoritariamente heterossexual, branca, casada e católica (dados tirados a partir da pesquisa da autora está circunscrita à primeira década do século XXI), com o desafio de romper com a unilateralidade presente nas leituras do trabalho profissional, a intervenção profissional tende a ser atravessada pelos interesses das classes sociais<sup>39</sup>, criando um caráter político da atuação, dentro da leitura da realidade pela sua totalidade, ao qual a profissão se reconhece e atua enquanto um sujeito no processo de reprodução das relações sociais. Legitimada pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 8-9) em que seus conhecimentos teórico-metodológico e princípios éticos fomentam as projeções profissionais historicamente determinadas, materializando na impressão ao seu trabalho, se colocando enquanto sujeito profissional na dimensão teleológica do trabalho.

---

<sup>38</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

<sup>39</sup> Partindo dos valores da profissão orientados pela competência teórico-metodológico e técnico-operativo materializado no projeto profissional - este comprometido com a democratização da vida em sociedade – exige uma regulamentação a partir de um código ético profissional, atualmente legislado pela Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão.

Sua atividade é socialmente apropriada por outro sujeito, impactando o poder de estabelecer suas escolhas, seguindo os parâmetros da empresa, com base de sustentação a sua autonomia relativa, o assistente social, proprietário da sua força de trabalho especializada, tem como mediações do seu exercício profissional, os empregadores<sup>40</sup> que os submetem, de recursos financeiros, materiais e humanos; das demandas institucionais - relação contratual, gerando valores institucionais -, do trabalho em rede, sendo cooperativo ou combinado, com recorte da garantia de direito, seguindo a pluralidade do perfil profissional a partir dos espaços sócio-ocupacionais. O valor da força de trabalho da categoria equivale em troca expressa na forma monetária, que no circuito do valor,

o produto que todo assalariado produz para si é o equivalente aos seus meios de vida: o valor de troca de sua força de trabalho expresso no dinheiro, forma de equivalente geral, no qual se manifesta o valor de todas as demais mercadorias de qualidades diferentes, permitindo o seu intercâmbio (IAMAMOTO, 2009, p. 13).

Enquanto o trabalho concreto do assistente social atende as necessidades sociais (que justifica a reprodução da própria profissão), tem-se a efetivação através das relações com outros sujeitos e conforme os profissionais utilizam, criam, adequam a condições existentes, transformando-as em meios e instrumentos para objetivação das intencionalidades, de modo que suas ações ganham caráter ético-político. E este trabalho concreto distinto e particular da categoria gerou uma identidade profissional e do trabalho, dentro de uma análise sócio-histórica do Serviço Social, em sua especificidade na realidade brasileira (IAMAMOTO, 2009)<sup>41</sup>.

Dentro da divisão sociotécnica do trabalho, o teor do trabalho abstrato<sup>42</sup> e do trabalho social médio do assistente social remetem como parte da alíquota do trabalho total socialmente produzido, por este exercício não incidir produtivamente na esfera da economia. Criando dilemas da subjetividade apreendida pelos profissionais inseridos no campo, ao nível de percepção do movimento candente do cotidiano, no que reincide o “distanciamento entre a

---

<sup>40</sup> De acordo com a Iamamoto (apud CFESS 2005), 78,16% dos assistentes sociais estão na esfera das instituições de natureza pública, 13,19% nas empresas privadas e 6,81% no “Terceiro Setor”.

<sup>41</sup>As plataformas do Serviço Social têm como função social a ação orientada a um fim, como resposta às necessidades sociais materiais ou espirituais, das múltiplas expressões da questão social – emergindo e integrando à divisão social do trabalho no Brasil na década de 30. Iamamoto (2015) aponta duas dimensões no caráter social da profissão no Brasil, sendo uma orientada pelos marcos do conservadorismo profissional e outra com a ruptura deste; a primeira dimensão sinaliza o trabalho abstrato em uma perspectiva de ação social pela benevolência (reproduzindo o pensamento burguês). Já a segunda, para além do trabalho útil da categoria, o estudo do material incorporado nas conquistas passadas, beneficia as atuais concepções da ciência social, baseando-se no materialismo histórico dialético, de Marx.

<sup>42</sup> Trabalho abstrato pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro, adquirindo um caráter social, em âmbito de trabalho privado.

projeção e realidade, entre teoria e prática.” Sendo relevante a duas questões, reconhecimento efetivo do espaço ocupacional como uma mediação na análise profissional e rompendo com as análises parciais distanciando as relações sociais de suas reais contradições (IAMAMOTO, 2009).

Os dilemas do assalariamento em relação ao Projeto Ético Político<sup>43</sup>, impõem “condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional” (IAMAMOTO, 2009, p. 8), trazendo a afirmação da relativa autonomia que se têm nas suas ações. Entre os dilemas, em primeiro momento, a existência de um campo de mediações em consideração para realizar o trânsito do exercício efetivo profissional. E no segundo momento, empregar no campo de compreensão das relações sociais e suas contradições, para não cair no fatalismo (destituir da concepção das ações com o caráter individual na intenção de aproximação com um horizonte emancipatório), ou no messianismo (supor que somente as ações da categoria dos assistentes sociais consigam fazer a revolução), e desdobrando também no cuidado com a saúde mental do profissional (IAMAMOTO, 2009).

O trabalho assalariado sofre dos dilemas que estão indissociáveis da alienação, estabelecida a relação de assalariamento através de contrato, em que se supõe a formalização e a institucionalização das relações de propriedade inerentes às relações de produção que dão vida a essa sociedade – generalizadas pelas relações mercantis. O assistente social munido do “trabalho complexo” – produto da formação universitária, de qualificação acadêmico-profissional especializada tem a mercadoria força de trabalho como potência de práxis social.

Resgatando que o assistente social ingressa nos espaços ocupacionais e implementa ações - demandadas pela instituição -, “cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, podendo assumir perfis diferenciados do seu exercício profissional e dos vários espaços ocupacionais” (IAMAMOTO, 2009, p. 13), efetivando um produto coletivo e pertencente a todos ali inseridos. Um profissional em que estabelece a relação que possa ter como o objeto de seu trabalho as múltiplas expressões da questão social, que depende do prévio recorte dos direitos e políticas sociais dos organismos empregadores. A relação contratual prevista, determina o cotidiano das ações profissionais que circunscrevem esse trabalho nas relações sociais e suas expressões, de acordo com Iamamoto (2009), por meio ele

---

<sup>43</sup> “Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)” (NETTO, 2006).

se realiza com “o Estado (ou mais precisamente o bloco de poder que o controla); os empresários; os segmentos da sociedade civil à frente das “entidades privadas sem fins lucrativos” e organizações e movimentos dos trabalhadores.”

O assistente social transita nas esferas privada e pública; na atuação no público tem aproximação com as decisões da sociedade civil ante projetos políticos, representando o interesse coletivo, onde seus valores orientam as competências teórico-metodológicas e técnico-operativas na prerrogativa necessária para materializar o projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a desburocratização e democratização da vida em sociedade (IAMAMOTO, 2009). Em que suas ações são traçadas pelas respostas dadas pelo Estado desenhando e formatando o direito, as políticas sociais e os espaços sócio-ocupacionais do assistente social, cuja possibilidade de sua autonomia relativa se ampliar pelas pressões das lutas de classes que está sempre presente nas contradições do modo de produção capitalista e se intensifica nos desdobramentos da complexidade contida no interior da divisão sociotécnica do trabalho.

Em atuação nos setores privados (tanto no setor público), o saber burocrático, por assim dizer, esforça-se para construir um saber sistemático, qual seja, a separação entre os interesses particulares e o interesse geral, em uma cisão entre os privados e os públicos. A reiteração das práticas burocráticas muitas vezes está aliada a uma atitude de tolerância com a violência que tem nos aparatos burocráticos do Estado, fazendo-se necessário estimular a criação da capacidade de desburocratizar as relações entre os sujeitos que reivindicam direitos e serviços, almejando uma melhoria na qualidade do atendimento (IAMAMOTO, 2009).

Essas ações do exercício profissional estão sujeitas à fiscalização, orientação e que são legalmente resguardada pelos órgãos competentes, como o conselho profissional em nível federal, nacional e regional, tal como na esfera do Estado (nos seus respectivos poderes, em nível federal, estadual e municipal), assim emoldurando o trabalho profissional “afim de elucidar seus efeitos nos processos sociopolíticos e culturais e no circuito global de produção e reprodução do capital” (IAMAMOTO, 2009, p. 16-17).

Iamamoto (2009) ao retratar o pensamento neoliberal, o comprometimento com a lógica financeira do grande capital externo interfere nas novas demandas às respostas da expressão da “questão social” que vão surgindo, difundindo uma reiteração do capitalismo e trazendo outros aspectos às formas de ser e às determinações da existência do ser social. E diante das metamorfoses dos espaços sócio ocupacionais e das atribuições do assistente social que se pautam na democratização da vida em tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e da cidadania, sua atuação se torna importante estar ligada à disputa do fundo

público – uma estratégia contida no avanço no exercício da cidadania pelo mecanismo técnico do orçamento público que advém das contribuições fiscais geridas pelo Estado.

E retornando para a Constituição de 1988, o seu papel é significativo no avanço da democracia burguesa, estipulada na descentralização do poder e fundada pela participação popular, na universalização dos direitos, via Estado, e em consequência à cobertura dos atendimentos pelas políticas sociais pelo exercício da cidadania, na garantia a gratuidade dos serviços e na integridade às ações voltadas ao público atendido em defesa à cidadania de todos na perspectiva da igualdade (IAMAMOTO, 2009). As prefeituras enquanto promotoras e reguladoras do processo desenvolvimentista do país saem dessa faixa de administração pública convencional, em que se caracteriza pela tradicionalidade centrada na burocratização da vida, tendendo as ações governamentais públicas, de abrangência universal, instituindo critérios de seletividade nos atendimentos aos direitos sociais. Adjetivando as relações entre o Estado e os cidadãos como clientelistas, fragmentadas institucionalmente pela ausência de mecanismos de participação e controle popular dando opacidade entre o público diante do privado (IAMAMOTO, 2009), mercantilizando e refilantropotizando os atendimentos às necessidades sociais.

Nesse quadro, os serviços sociais deixam de expressar apenas direitos, metamorfoseando-se em atividade de outra natureza inscrita na compra e venda de mercadorias, que com o dinheiro, permite a circulação destas mercadorias, aqueles que através do consumo renovam sua necessidade social, intermediando a compra e venda de serviços prestados, cujo âmbito o assistente social está inserido.

Perfilando uma nova institucionalidade nas ações públicas, os *Conselhos de política social* (se desdobram em nível nacional, estadual e municipal por interesses temáticos: educação, saúde, trabalho, previdência social, segurança alimentar, cidades, desenvolvimento rural, etc.) se refratam em interesses contraditórios, portanto, em espaços de luta e disputa política, reduzindo a mecanismos formais de uma democracia de procedimentos. Os conselhos se tornam uma das formas de controle socializado, estimulando a interlocução pública nas relações entre governo e cidadãos nos processos decisórios que propiciem direcionamento dos recursos do fundo público.

A luta de classes sempre presente no capitalismo vem se intensificando nos desdobramentos da complexidade contida no interior da divisão sociotécnica do trabalho e a contradição de classes caracteriza respostas dadas pelo Estado desenhando e formatando o direito, as políticas sociais e os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Nesse sentido, para o profissional, é necessário assumir os trabalhos de base, organicamente



integrado aos movimentos sociais e às instâncias de organização política dos segmentos e grupos sociais subalternos, em execução da autonomia relativa - que se emerge para além das demandas institucionais. Sendo de suma importância praticar a impulsão de pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalhos dos diversos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da questão social que as vivenciam. Assim, quem avança com o modo de ver o funcionamento da política social, e pelo o exercício da cidadania através dos conselhos, são os próprios usuários (IAMAMOTO, 2009) no intuito para que estes atendidos - das políticas públicas - sejam sujeitos efetivos no seu desenvolvimento e na mudança da própria realidade.

A tomada do poder pela população propiciaria a falta do controle institucional ou burocratizada, seria a socialização das ações e deliberações não-governamentais, das nas situações em que o/a assistente social se defronta ao se conectar aos processos sociais em sua totalidade e pelos movimentos sociais que as geram e modificam em defesa pela superação do direito e ao acesso aos meios de exercê-los, impulsionando a construção autônoma e homogênea no campo das decisões ético-políticas dos profissionais. No que tange ao controle, diferenciar a apropriação privada segundo interesses particularistas, que esvazia o potencial dos conselhos, reduz o mecanismo formal de democracia procedimental. Já a socialização das ações e deliberações é utilizada para o monitoramento e a transparência na utilização dos recursos que permeia o processo de trabalho.

Vale frisar a especificidade do Brasil ao seu processo tardio em relação ao mundo no desenvolvimento do modo de produção capitalista, no que preside estratégias defensivas particulares da revolução burguesa, sob a hegemonia financeira e a busca incessante na produção de super lucros, que incide no planejamento a partir do universo do trabalho e dos direitos, e na diversificação das ações coletivas dos movimentos sociais que indiquem um teor crítico, permeando na dinâmica na relação entre Estado e a sociedade de classes e alterando a forma assumida pelo governo e da base técnica da produção de informática, biotecnologia, robótica, na destinação dos recursos do fundo público e as formas de organização de bens e serviços e etc.

Existem diferentes processos de trabalhos nos quais se inscreve a atividade do assistente social, contra o mito de um único processo de trabalho. Estes, tratado ao nível de intencionalidade do projeto profissional, há uma incriminação moral da categoria por não aderir ou não ser capaz de implementar o projeto idealizado, acusando uma deficiência de sua competência profissional ou às suas opções sociopolíticas – em contraponto, propostas profissionais para além das demandas institucionais se tornam respostas teóricas práticas

possíveis e densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional, ligados a um projeto ético-político, determinado, e mais diretamente, e centralmente instruídos como a teoria social crítica, ciência, política, “pedagogia”, arte compondo o arsenal crítico desse projeto. Neste âmbito que se inscreve o espaço sócio profissional como um produto histórico e como instrumento da ação profissional, como um instrumento que identifica as demandas da população que o necessita e o acessa, e em sua amplitude, tende a erradicar a si próprio, enquanto um fim conjectural do seu conjunto de ações, determinado pelos fatores de um horizonte que nega a realidade proposta pelo capital. Elaborar práticas que levem a instituição Comunidade da Figueira se representar como um espaço em meio de realização dele, para demonstrar que há saídas estratégicas na ação profissional com articulação de um instrumental para atingir objetivos da práxis social.

Portanto, a instrumentalidade – tema que será exposto no próximo tópico -, ainda que surja no universo das práticas reformistas integradoras que visam controlar e adaptar comportamentos, moldar subjetividades e formas de sociabilidade necessárias à reprodução da ordem burguesa (por via da defesa da universalidade de acesso a bens e serviços, dos direitos sociais e humanos, das políticas públicas e da democracia burguesa), e, que é fundamental ao Serviço Social ao ser capaz de ampliar as suas funções para vislumbrar as contradições, com intenção de ruptura com estas práticas. O que permite a profissão rever seus fundamentos e suas legitimidades, questionando sua funcionalidade e instrumentalidade, o que permite uma ampliação das bases sobre as quais sua instrumentalidade se desenvolve (GUERRA, 2000).

### **3.2 Instrumentalidade no trabalho do assistente social**

De acordo com a tese de Guerra (2000) a instrumentalidade na prática profissional do assistente social remete à qualidade e capacidade de algo (pessoa, classe, máquina, instituição, valores, conhecimentos, etc.) em ser meio de obtenção de. O modo de produção capitalista instrumentaliza todas as esferas da vida social - instituições, indivíduos, valores, atos - em meios para o seu primordial fim na compra e venda da força de trabalho, no limite, a produção de mais-valia, lucro e acumulação ampliada de capital (GUERRA, 2000).

Em sentido mais geral, no e pelo trabalho, “o homem desenvolve capacidades que passam a mediar sua relação com outros homens”, desenvolvendo também mediações (linguagem, consciência, o intercâmbio, o conhecimento, a divisão social do trabalho, as relações de troca, etc.) em nível de reprodução do ser social como produto da própria história,

postas pela práxis<sup>44</sup>. Tais complexos das necessidades sociais têm como objetivo proporcionar organização nas relações entre homens e localiza-se no âmbito da reprodução social – dentro de condições sócio-históricas determinadas. Assim, os homens controlam a natureza e convertem os objetos naturais em meios para alcance de suas finalidades, o que interfere em nível da reprodução social. Nesse sentido, um elemento decisivo do processo histórico da reprodução social é a produção e a disputa por excedente econômico, que gera as sociedades baseadas na divisão e no antagonismo de classes sociais, na exploração do homem pelo homem. O capitalismo constitui uma dessas formações históricas contraditórias, classistas, que se universaliza nos últimos séculos e, a despeito de suas contradições crescentes, predomina até os dias de hoje. Do qual,

(...) os homens tornam-se meios/instrumentos de outros homens. O exemplo mais desenvolvido de conversão dos homens em meios para a realização de fins de outros homens é o da compra e venda da força de trabalho como mercadoria, de modo que a instrumentalidade, convertida em **instrumentalização das pessoas**, passa a ser condição de existência e permanência da própria ordem burguesa, via instituições e organizações sociais criadas com este objetivo (GUERRA, 2000, p. 4).

Basta pensar aqui no Estado e nas políticas sociais, e nas funções mediadoras que cumprem na reprodução do ordenamento social contraditório, capitalista. Conforme a argumentação aqui desenvolvida, é no âmbito dessa institucionalidade e dessas formas burguesas de mediação que o Serviço Social se situa como profissão especializada, no interior da divisão sócio técnica do trabalho.

Nesse âmbito, em sentido mais específico, a instrumentalidade tem como uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo no atendimento das demandas na medida em que concretiza objetivos (profissionais e sociais), assim, subsidiando uma condição concreta de reconhecimento social da profissão<sup>45</sup>. Essa capacidade possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade, na modificação, transformação, que alteram as condições objetivas e subjetivas nas relações interpessoais no nível do cotidiano, tendo-se sempre em vista as circunstâncias objetivas e concretas da sua atuação. As ações do profissional são portadoras de instrumentalidade que, “é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho” (GUERRA, 2000, p. 2).

---

<sup>44</sup> Isso porque, o desenvolvimento do trabalho exige o desenvolvimento das próprias relações sociais e o processo de reprodução social, como um todo, requer *mediações* de complexos sociais tais como: a ideologia, a teoria, a filosofia, a política, a arte, o direito, o Estado, a racionalidade, a ciência e a técnica (LESSA, 1999; GUERRA, 2000).

<sup>45</sup> Utilidade social de toda e qualquer profissão advém das necessidades sociais.

Portanto, todo trabalho social possui sua instrumentalidade fundamentada da reprodução material e socialmente. Guerra (2000) afirma que pelos processos de trabalho os homens transformam a realidade, transformam-se a si mesmos e aos outros homens em conformidade ao atendimento às necessidades materiais (comer, beber, descansar) e os espirituais (relativa ao imaginário, intelecto). A práxis é uma ação transformadora que tem a capacidade de manejo para conversão dos objetos em instrumentos que atendam necessidades dos homens e de transformação da natureza, mas essa necessita de outras capacidades/propriedades além da própria instrumentalidade (GUERRA, 2000). Para demarcar o caráter emancipatório do trabalho,

toda postura teleológica encerra instrumentalidade, o que possibilita ao homem manipular e modificar coisas a fim de atribuí-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em instrumentos/meios para o alcance de suas finalidades (GUERRA, 2000, p. 3).

Como um processo importante dentro da ordem burguesa, a instrumentalização dos sujeitos segue “por meio de um conjunto de inversões que transforma homens de sujeitos em objetos, meios e instrumentos para a valorização do capital” (GUERRA, 2000, p. 5). A questão social se torna uma contradição de intervenção sistêmica do Estado. Fundando um mercado de trabalho para os assistentes sociais por meio das políticas sociais (em sua formulação e implementação).

O significado sócio-histórico da instrumentalidade no exercício profissional, quando estritamente subordinado aos interesses do capital, segundo Guerra (2000), considerada a natureza (compensatória e residual) e o modo de se expressar das políticas sociais (como questão de natureza técnica, fragmentada, focalista, abstraída de conteúdos econômico-político” que produz uma dinâmica que interdita aos profissionais uma apreensão das políticas na sua totalidade e exige ao mesmo tempo resoluções pontuais e imediatas. E com a complexificação da “questão social” e seu tratamento por parte do Estado, institui-se, conforme temos argumentado, um espaço na divisão sociotécnica do trabalho para um profissional que atuasse na fase terminal da ação executiva das políticas sociais - assim, o assistente social adquire a condição de trabalhador assalariado.

Com as delimitações no processo constitutivo da profissão, a intencionalidade dos assistentes sociais passa a ser mediada pela lógica institucionalizada, desempenhando papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias próprios da ordem burguesa no estágio monopolista. A este respeito, Guerra (2000, p. 7), “considerando a natureza (compensatória e

residual) e o modo de se expressar das políticas sociais (como questão de natureza técnica, fragmentada, focalista, abstraída de conteúdos econômico-políticos)” no capitalismo, onde “estas obedecem e produzem uma dinâmica” instrumental “que se reflete no exercício profissional através de dois movimentos”. Nos termos de Guerra:

1. interditam aos profissionais a concreta apreensão das políticas sociais como totalidade, síntese da articulação de diversas esferas e determinações (econômica, cultural, social, política, psicológica), o que os limita a uma intervenção microscópica, nos fragmentos, nas refrações, nas singularidades;
2. exigem dos profissionais a adoção de procedimentos instrumentais, de manipulação de variáveis, de resolução pontual e imediata (GUERRA, 2000, p. 7).

Assim, entende-se que a instrumentalidade do Serviço Social pode ser pensada em três seguimentos: da instrumentalidade face ao projeto burguês; profissão convertida em instrumento a serviço do projeto reformista do capital, a instrumentalidade das respostas profissionais<sup>46</sup> e da instrumentalidade como forma de mediação. Nos primeiros dois sentidos, diante das políticas sociais vinculadas a utilidade social da profissão, dá-se respostas às operações realizadas com ações pragmáticas, imediatistas que visam a eficácia e a eficiência do operativo-instrumental, nas quais impera uma relação direta entre pensamento e ação que os meios (valores) se subsumam aos fins. E é no cotidiano que o assistente social projeta a a instrumentalidade, o local em que imperam essas demandas imediatas, e conseqüentemente, as respostas aos aspectos imediatos, que se referem à singularidade do eu, à repetição, à padronização (GUERRA, 2000).

O cotidiano é o lugar onde a reprodução social se realiza através da reprodução dos indivíduos (NETTO, 1987<sup>47</sup> apud GUERRA, 2000, p. 9). As singularidades, os imediatismos que caracterizam o cotidiano, implicam na vigência de uma aparente ausência da mediação, que só podem ser enfrentados pela apreensão das mediações objetivas e subjetivas que se colocam na realidade da intervenção profissional, o que só pode ocorrer por meio de procedimentos reflexivos. Contudo, demandas das classes sociais, aparecem e se manifestam no nível do cotidiano, segmentadas e desconectadas das suas determinações estruturais, sendo muitas vezes apreendidas nas suas manifestações emergentes e, enquanto tais, sendo manipuladas por uma razão e uma prática meramente instrumentais.

---

<sup>46</sup> Respostas profissionais às necessidades sociais que traduzem em demandas antagônicas advindas do capital e do trabalho.

<sup>47</sup> NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 63-93.

Sendo assim, a instrumentalidade pode ser concebida como mediação (e instância de passagem) e inserida no espaço do singular, do cotidiano, do imediato; imperam demandas de natureza instrumental que nela, a relação meio e fins rompe-se e o que importa para os indivíduos são os elementos necessários para alcançar seus fins - representado em mediações subjetivas e universalizantes que tendem a perceber as situações sociais como problemáticas individuais.

E a superação do imediatismo e do pragmatismo na prática profissional, passa por condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevem no campo dos valores universais nas ações que se conectam com o projeto profissional – com referência teórico metodológico e princípios éticos-políticos (GUERRA, 2000).

Se muitas requisições da profissão são de ordem instrumental, o reconhecimento e o atendimento ao técnico-instrumental não significam que são necessariamente funcionais no processo de reprodução social para manter a ordem ou ao o projeto burguês. Porém, pode reduzir o fazer profissional à uma dimensão técnico-instrumental, elencando a limitação das demandas profissionais às exigências do mercado de trabalho e que se pode prescindir de referências teóricas e ético-políticas.

A instrumentalidade como mediação para o Serviço Social significa tomar como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico instrumental, teórico-intelectual, ético-político e formativo, portanto a capacidade de articular essas dimensões para traduzir o caráter das respostas profissionais – com ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente que dimensionam a compreensão das particularidades do mesmo e das singularidades do cotidiano. “Se é verdade que a instrumentalidade se insere no espaço do singular, do cotidiano, do imediato, também o é que ela, ao ser considerada como uma particularidade da profissão, dada por condições objetivas e subjetivas, e como tal sócio-históricas, pode ser concebida como campo de mediação e instância de passagem” como tal, um fim em si mesma (GUERRA, 2000, p. 11).

Torna-se imprescindível a reflexão do significado sócio-histórico da instrumentalidade como condição de possibilidade ao exercício profissional; o resgate a natureza, a configuração dos direitos sociais expressa nas políticas sociais que, como espaços de intervenção profissional, atribuem determinadas formas, conteúdos, dinâmicas e possibilitando a criação e articulação dos meios e instrumentos em estratégias às finalidades profissionais (GUERRA, 2000). Construindo um certo modo de fazer que lhe é próprio e pelo qual o/a assistente social torna-se reconhecido profissionalmente dentro da tradição marxista – criando um acervo cultural de modo a operar tipos de respostas dentro do projeto profissional e societário – no

qual incorpora conteúdos teóricos-críticos projetivos, na elaboração de respostas mais qualificadas, possibilitando a construção de novas legitimidades que a razão instrumental não dá conta e fazer investimentos numa razão dialética<sup>48</sup>.

A instrumentalidade remete à qualidade e capacidade de algo (pessoa, classe, máquina, instituição, valores, conhecimentos etc.) em ser meio de obtenção de finalidades, ou seja, há um direcionamento no campo da teoria para as ações da instituição. Se as demandas trabalhadas pelos assistentes sociais são totalidades de determinações (econômicas, políticas, culturais e ideológicas), implica-se em decisões que emanem escolhas que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos), em que estas ações tomem direções subjacentes das referências teórico-metodológica e princípios ético-políticos. E na realização das requisições que são postas, a profissão necessita da interlocução do acervo teórico e metodológico de disciplinas especializadas que lhe traz um referencial extraído das ciências humanas e sociais (conhecimentos extraídos das áreas de: Jornalismo, Administração, Ciência Política, Artes e etc.). O próximo tópico abordará sobre dois instrumentos importantes para o/a assistente social: a investigação e intervenção profissional. Ambos instrumentos compõem a dimensão técnico-operativa e da instrumentalidade profissional, que ganham um importante caráter para desvelar e desfetichizar a realidade social através da mediação com o conhecimento científico.

### **3.3 Investigação e intervenção da realidade social através da vida cotidiana, ganhando caráter estético para desvelar a realidade a partir das categorias singularidade, particularidade e universalidade**

A elaboração desse tópico tem sob a ótica a base da produção intelectual em relação à prática diante a teoria, abordando a pesquisa como uma das peças fundamentais da competência do profissional do assistente social inserida no desvelamento da realidade social na vida cotidiana. Antes de apresentar as categorias do estético na vida cotidiana, preciso evidenciar a importância da pesquisa no Serviço Social como instrumento vital na produção de conhecimento da área - indissociável da dimensão investigativa e interventiva do Serviço Social - para fundamentar as ações e a visão que a profissão tem sobre a realidade concreta.

A dinâmica entre teoria e realidade social, são duas dimensões que não se separam. Essa dinâmica é um dado simultâneo, e, a postura investigativa é um pressuposto para

---

<sup>48</sup> Conforme Guerra (2000), o mais alto nível de razão e como tal, crítica e emancipatória.

conseguir definir estratégias ao utilizar o instrumental técnico em compromisso com enfrentamento da desigualdade social apresentadas na prática cotidiana. Sem a postura da dimensão investigativa do profissional, não será realizada a intervenção – o caráter investigativo, tem o sentido de construir novas legitimidades profissionais ao produzir conhecimento da realidade e suas determinações.

A profissão passou por transformações e uma análise ditada por um conservadorismo do status quo atravessada ora pela sociologia positivista, ora doutrina social da igreja, a relação dialética entre intervenção (processo de conhecimento) e investigação vai revelando o potencial ou o limite para orientar e instrumentalizar as ações profissionais do assistente social - que valem para sua própria condição de assalariamento e para distinguir os distintos espaços de trabalhos que vão requerer do/da profissional estudos diferentes e aprofundado, tanto da política social quanto da questão social, e nas especificidades do município.

A utilização do método crítico dialético capta o movimento do real, sua lógica, constituição, e permite que o objeto que é investigado, seja compreendido nos processos e suas transformações - em busca permanente pelo conhecimento. Em sua sistematização, a aproximação da relação entre indivíduo bio-psicossocial-material em relações com o mundo externo e com as formas práticas da internalização para uma subjetivação do ser social. E a questão aparece: qual a gênese ontológica que estabelece produção do conhecimento do ser social?

Consideremos o ponto de partida do conhecimento na interação do homem com a natureza, que se inicia pelos órgãos dos sentidos, para elaborar a qualidade do real, pela restrição preliminar do imediato – o manejo da análise tem que vir para além da representação do fenômeno por sua aparência. O conhecimento que mediado pelo imediato, se fortalece enquanto uma forma empírica, analítica ou do senso comum.

Ao analisar criticamente o objeto a ser estudado, significa uma negação da representação e criar instrumentos de investigação desse desvelamento do que está posto pelo imediato. Este conhecimento pode levar a mera reprodução e manutenção da realidade, tal como está representada pelas restrições trazidas pelo imediato, apresentada por sua aparência.

Diversas formas de compreender a realidade, e talvez a que seja mais imediata, praticamente automática, é por via da ordem sensitiva do mundo objetivo. Na experiência humana, a realidade vai nos por respostas que necessitam de atitudes práticas, todo conhecimento é fruto da realidade que é iminentemente prática, em que faz parte de uma sociedade que precisa responder suas carências, suas demandas que surgem no cotidiano.



O conhecimento, em interlocução da razão dialética, vai além da imediaticidade da vida cotidiana, que, ao se vincular ao marxismo procura analisar o real nas suas múltiplas determinações, qual implica uma aproximação com a totalidade da realidade, compondo um todo de uma investigação de uma teoria da sociedade, que faz parte, integral e não fragmentada. As dinâmicas buscadas na pesquisa, se complexificam com a atitude investigativa, criando um esforço de compreender a realidade e captar sua dinâmica, a estrutura própria dessa realidade e os fenômenos que estão inseridos nela. Na tentativa de concentrar e descrever com uma ótica do que seja o mais verdadeiro, se obtém quanto mais se consegue captar os fenômenos em sua totalidade da realidade, sendo um conhecimento provisório pelo dinamismo que a realidade apresenta.

O conhecimento é verdadeiro na medida em que ele se comprova na realidade e na medida em que se satura cada vez mais as determinações desse desvelamento que se busca da realidade cotidiana, e mais do que é isto, submeter o conhecimento ao esforço da crítica, de base dialética.

Assim, se faz necessário formar profissionais<sup>49</sup> capazes de desvendar as dimensões constitutivas das expressões da questão social, e do padrão social do Estado nestas expressões e do significado e funcionalidade das ações instrumentais através da pesquisa, afim de identificar e construir estratégias e orientar e instrumentalizar as ações dos assistentes sociais, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e sua reconstrução crítica. A pesquisa tem que dar conta das competências profissionais presentes na lei de regulamentação da profissão (Lei 8662/93), em articular a dimensão investigativa para corroborar com as dimensões teórico-metodológico (no âmbito do conhecimento da realidade social, das bases teóricas que a gente se fundamenta, do método de análise que se utiliza para compreender a realidade social), ético-política (na medida de desvelar os projetos e lutas sociais quando o componente moral daquilo que a gente investiga, que norteia se alinhar a uma intervenção comprometida com o projeto ético político profissional), técnico-operativa (conjunto de ações e procedimentos para conhecer a demanda institucional e dos sujeitos usuários/as, articula o manejo adequado dos instrumentos e técnicas que apresente o arcabouço da intervenção), potencializando o exercício profissional e elencando seus limites.

---

<sup>49</sup> As entidades da categoria, o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, estabelecem sentidos para uma formação profissional de uma massa crítica, ao seu referido projeto ético político, que estabelece as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional do assistente social entre a relação teoria e prática. O perfil do profissional que se delineia na prática profissional, prioriza a técnica, a crítica e a teoria pelos compromissos éticos políticos, baseado no projeto profissional para se obter uma metodologia para a construção de uma intervenção no real.

Não tem conhecimento fora da realidade social, produzidos uma consciência social desse meio – independente das classes, as projeções de classes se vinculam e vão determinar as formas que acessamos o conhecimento. O conhecimento se expressa de diferentes maneiras da mesma realidade, estar em relação complementar. Conhecer o fato, não é suficiente para explicá-lo, porque realiza suas operações de análise e síntese sobre as bases da positividade do mundo, “esgota-se e reduz a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo”.

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediaticidade da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento. O fenômeno é (apenas e necessariamente) o ponto de partida do conhecimento. Neste nível, o conhecimento se organiza mediante categorias analíticas. Estas são sínteses mentais dos nossos esforços em compreender o movimento do real, sua lógica constitutiva e de nos comportarmos adequadamente frente a ele. O conhecimento é tanto mais verdadeiro enquanto ele conseguir captar, por meio de categorias analíticas, o movimento, as determinações, os modos de ser dos processos analisados, bem como a lógica do movimento de constituição “concreto pensado” (MARX, 1983, p. 219). Porque incorpora o movimento, a negatividade, o vir a ser dos processos, a razão é dialética. Este é o nível mais alto do conhecimento.

Intuitivamente, estamos sempre investigando. Toda investigação se coloca na relação teoria/realidade ou teoria/empíria. A pesquisa parte sempre de um conhecimento superficial da realidade, de uma abstração, mas nem toda investigação pode ser considerada uma pesquisa científica – ressaltar que nem todo conhecimento é teórico. Marx, afirma que a apropriação teórica se dá de um “modo que difere da apropriação desse mundo na arte, na religião e no espírito prático” (1983, p. 219). Vê-se que o conhecimento teórico é apenas um tipo de conhecimento entre outros, mas, sobretudo, tende a ser o mais universal e mais completo, uma vez que busca captar e reproduzir o real por meio do pensamento. Já o conhecimento indireto, se obtém a partir da mediação com o arcabouço das pesquisas que interpõe entre o sujeito e a realidade existentes do objeto. O conhecimento converte o todo caótico (a instituição apresentada na sua imediaticidade) em concreto pensado (a instituição apreendida na sua totalidade).

Não obstante, no cotidiano profissional do assistente social, lidam sempre com totalidades, mais ou menos amplas e complexas (instituições, burocracia, etc), e, em toda realidade social, manifestam-se, as características de âmbito universal, particular e singular. Guerra (2009, p. 712) sinaliza que a

Totalidade indica, pois, que as três dimensões que compõem uma realidade, universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, são sempre articuladas entre si, se auto implicam e se autoexplicam, e a interpretação do objeto (instituição) tem em vista captá-las. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta em uma situação dada. É a estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade (GUERRA apud KONDER, 1983, p. 37). A ciência visa à descoberta do universal que tem que ser concebido como a universalidade de singulares (uma totalidade complexa composta de totalidades parciais: singulares), e como tal, sua manifestação é sempre um particular. Do mesmo modo, os fenômenos singulares (a instituição) são sempre singularidades de um universal (instituições próprias do modo de produção/reprodução capitalista) e, por isso, não se manifestam em si mesmos, mas no particular.

Guerra (2009, p. 715) reflete que “a dimensão investigativa está intrinsecamente relacionada com a dimensão interventiva, e a qualidade de uma implica a plena realização da outra”. O vir a ser dos processos sociais para a realização e ampliação de toda uma cadeia de mediação dessas dimensões, tem como estratégias, que podem vir a contribuir com pressuposto de uma articulação entre a razão e o sensível, senão os processos sociais não avançam com um caráter transformador.

Isso porque, da teoria pode-se cobrar o desvelamento do real, que transformado num real pensado, permite, mediante aproximações sucessivas, desvelar a aparência dos fenômenos pela apreensão de categorias que deem inteligibilidade à realidade desde uma perspectiva de totalidade (produção e reprodução social), com uma visão histórica e de crítica radical (aos modos de ser e viver da sociedade).

Já a noção genérica é construída como distanciamento do fato e traz em si - não podendo usar o universal enquanto regra -, por um lado, a impossibilidade de abarcar os fenômenos da realidade como uma totalidade e, por outro lado, a possibilidade, pela distância, de escapar à identificação maciça e poder intervir nessa realidade. “Neste ideal se expressa, porém, uma tendência relativamente legítima do pensamento científico: a aspiração a uma generalização que compreenda o máximo número possível de casos singulares, aparentemente heterogêneos, à mais compreensiva generalização possível” (LUKÁCS, 1966, p. 170). Essa forma universal influencia pensamento humano percorre necessariamente pelo seu conhecimento do cotidiano, da ciência ou pela arte, na construção da subjetividade partir desse sensível, desse fenomênico (que perpassa as três dimensões estéticas – não de forma rígida, fluída e bem demarcada na realidade).

O trabalho de uma equipe diversificada de profissionais não significa que todos devam interferir no trabalho do outro, ou que executem tudo ou que todos devam saber de tudo,

nenhuma área está sozinha na jornada de enfrentamento da complexidade dos fenômenos, a ideia da equipe remete, antes, a um campo de acolhimento, de subjetivação, no qual cada profissional tem um lugar na realização do processo de desfeticização da realidade concreta pelo campo de mediação com a particularidade, apesar de ainda as áreas do saber estarem estruturalmente fragmentadas e interseccionadas. Ou seja,

Isso não significa, em hipótese alguma, que as áreas percam sua identidade ou não tenham suas particularidades, mas sim que reconheçam a unidade dos sujeitos, dos fenômenos, da sociedade, que não podem ser tratados de forma efetiva, a não ser como totalidades, como unidades dialéticas. Portanto, quanto mais alongado este olhar que os desvenda e planejados de modo integrado os processos interventivos, que, ressalte-se, não podem prescindir da participação concreta dos sujeitos usuários, maior alcance social e efetividade, sem dúvida, lograrão.

Seja pela intervenção direta, seja pela continência do outro nas angústias e dificuldades de sua prática, seja, enfim, no empenho para que a instituição, possa ser de fato, um espaço de construir caminhos para colaborar com o desenvolvimento dos sujeitos usuários da parceria filantrópicas com o Estado (que assumem no campo das universalidades das relações tomadas pelo neoliberalismo). Mas será que este ambiente, não se configura como um dos elementos básicos para garantir a qualidade destes processos? A organização e estabelecimento dos objetivos institucionais podem proporcionar que as mediações que exercitem a sensibilidade e a criação possam propiciar o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício de algumas atribuições ou competências dos profissionais que precisam ser solidificadas na formação da equipe.

Do mesmo modo que no trabalho com grupos o uso da técnica não pode se sobrepor a dinâmica grupal, sob pena de que a efetividade se perca no caminho (fetiche da técnica que está na base do tecnicismo), o uso da arte, ou qualquer estratégia de exposição, não pode prevalecer sobre o que é essencial, o conteúdo aprofundado e problematizado da mensagem orientada para uma finalidade, ou a exposição perde densidade e substância. Ressalte-se, contudo, que no caso do uso da arte como fonte, os critérios para sua inclusão e a quantidade de estratos a serem utilizados dependem da existência e diversificação de expressões ali contidas, sobre aquilo que é objeto de nossa investigação ou reflexão.

Já identificado as problemáticas particulares do movimento sócio histórico da inserção profissional da instituição de terceiro setor, no município de Mariana. A instituição Comunidade da Figueira, dentro dos seus limites, é parte do instrumental de trabalho do assistente social. Agora, cabe identificar a arte como uma expressão que pode corroborar com o trabalho profissional.

Também aqui é decisivo o movimento no conteúdo do singular, isto é, se as determinações que, através de recíprocas relações objetivas, ligam-no ao mundo, à sociedade, são retomadas na nova particularidade, são nela superadas conservando este caráter de mediação (LUKÁCS, 1966, p. 156).

O Serviço Social para desvelar processos essenciais da vida nas refrações da questão social, na particularidade da realidade brasileira, precisa decifrá-las a partir do acesso aos processos que constroem a supressão do particular nas singularidades às das múltiplas fontes onde ela se expressa (na arte, na ciência, no cotidiano, etc.).

A ciência busca a exigência de um conhecimento mais rigoroso aos fenômenos – ao qual, abordo a partir da linha marxiana lukasciana singulares, mediado pelas particularidades, e sendo explicados pela universalidade. A arte é expressa por meio do sensível a singularidade dos fenômenos, relevante a própria riqueza fenomênica do cotidiano. Mas ainda que, como espécie de antídoto da realidade, a sensibilidade artística proporciona através de uma atividade que parte da vida cotidiana para, em seguida, a ela retornar, produzindo nesse movimento reiterativo uma elevação na consciência sensível dos homens, expressando seus hábitos, costumes, logo, expressando sua subjetividade. O artístico abarca (considerando abstratamente) toda a extensão do particular, podendo ser considerada como irracional e arbitrária, mas de nenhum modo resolvida satisfatoriamente.

Com isso, não pretendemos apelar nem para uma irracionalidade nem para um arbítrio; a necessidade desta determinação puramente abstrata, unida no concreto a uma completa abstenção do juízo, por enquanto, demonstrará em seguida toda sua razão de ser e toda sua fecundidade para a estética (LUKÁCS, 1966, p. 158).

Como as formas sensíveis mais fenomênicas e as formas sensíveis intensificadas, se engendram na produção de um poema, na música de um filme, como a arte se materializa, esta que não está nem no âmbito singular do cotidiano, nem do âmbito do universal, da ciência, permeia no âmbito do particular, do sensível, para discutir o impacto e a forma na realidade concreta dos sujeitos usuários.

A arte possui uma função de ruptura do que é superficial, ao contrário de outras derivações, retorna e é um meio de transformação, assim, a arte são signos que mediatizam a relação da natureza concreta, dentre as dimensões da singularidade, particularidade e universalidade em seu intercâmbio material com a sociedade. A arte expressa valores e concepções históricas, modo de vida, sentidos e significado atribuídos aos fenômenos pelos sujeitos que os vivenciam e interpretam - e representação é reiterativa das determinações do capitalismo específico. Um conhecimento sensível precioso, insubstituível, da condição

humana, e, portanto, sem que se faça da arte um saber imperfeito, um estágio preparatório do conhecimento e um importante instrumento de reprodução do ser social (LUKÁCS, 1966, p 158), no qual, exprimimos, sentimentos, valores, representando “objetivações, em parte histórica e socialmente construídas, em parte histórica e socialmente determinadas, possibilitando que sejam apreendidas pela razão e sensibilidade do outro; mas, por outro lado, reduzimos também o sentido estético, o gozo humano do belo, do bom, do confortável, quando nossa sensibilidade é alienada.

O saldo deste capítulo identifica a relação indissociável da prática do assistente social ligada a uma teoria social. Quando a produção de conhecimento científico e crítico se estabelece pelo amadurecimento da profissão ao longo da sua história. A profissão, que parte de um complexo dentro da complexidade da divisão social do trabalho, conquista espaço no pensamento hegemônico da profissão espaço no desenvolvimento de uma práxis profissional, com propósito de descrever e incorporar os entendimentos do capitalismo pela profissão, para particularizar a análise dos seus objetos de intervenção. Dessa forma, adquire conhecimento próprio da profissão e agrega ao arcabouço de outros profissionais, em suas múltiplas áreas de atuação e desenvolvimento científico, na produção de análise das dimensões constitutivas da questão social, com estratégia de constituir um instrumento pedagógico de mediação da práxis profissional do assistente social.

Com objetivo de apresentar brevemente uma perspectiva (dentre as diversas concepções marxistas) de leitura da obra marxiana sobre o método de análise da realidade e as tendências e correntes de pensamentos que circundam, para que colabore na provocação, o próximo capítulo, aborda como o Serviço Social se fortalece enquanto uma profissão que tem como categoria central mediação, ao se apoiar na teoria social de Marx e Engels - elencando elementos do âmbito da filosofia materialista marxista, lukacsiana, ao que se trata do entendimento da totalidade dinâmica complexa, um importante trajeto para a diferenciação das formas de representação da realidade.

Para descrever e incorporar os entendimentos do capitalismo pela profissão, e para particularizar a análise dos seus objetos de intervenção, o método se faz fundamental para mediar os instrumentos e o instrumental dos objetivos interventivos do assistente social, no qual, o tópico 4.3, apontarei relatos sobre a dimensão técnica-operativa do Serviço Social no que diz respeito a sua autonomia relativa na produção de pesquisa e conhecimento das dimensões constitutivas da questão social, como estratégia de constituir um instrumento pedagógico de mediação da práxis profissional do assistente social na Comunidade da Figueira.



#### **4 MÉTODO, TENDÊNCIAS, RELAÇÕES E RELATOS ENTRE MEDIAÇÃO E PARTICULARIDADE DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL**

O presente capítulo desenvolve reflexões sobre o método de análise da realidade materialista histórica dialética. A descrição feita do método, ao longo do capítulo, traz o entendimento da realidade a partir da categoria central da mediação ou particularidade em que se tem em vista o conhecimento científico e artístico. Para posteriormente expor relatos das ações do processo de trabalho profissional na Comunidade da Figueira, no sentido de pensar em alternativas para exprimir as refrações da “questão social” da vida dos usuários/as e suas famílias.

##### **4.1 O método de análise da realidade e as tendências que o circundam**

O método de análise da realidade materialista histórico dialético é fundamentado pelos autores, Karl Marx e Friedrich Engels. A teoria social, ou o método, emerge na contribuição dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, em um período demarcado pelas Revoluções Burguesas e Industriais, salientando, as transformações na França e Inglaterra - respectivamente, estimulando movimentações populares contra e a favor destes movimentos. Engels, nascido em Barmen, Alemanha, em 1820, administrava as fábricas inglesas do pai em Manchester. Marx, diferente do burguês Engels, nasceu em Renânia – Prússia, em 1818, sobre o processo transitório da sociabilidade feudal, ao qual acontecia de forma tardia em relação à Europa.

No decorrer deste momento histórico, no século XIX, os pensadores deparam-se com a realidade de intensas contradições provenientes da transformação da sociabilidade. Em que Marx, investiga antes de tudo a economia do capitalismo, a formação que se torna predominantemente social e as relações estabelecidas pelo âmbito mercantil, para começar como ponto de partida ao pensamento crítico dessa sociabilidade burguesa, levando em consideração a centralidade da categoria trabalho para o ser social em geral. A alteração no modo de produção evidenciou, como base fundamental dessa abordagem, as relações de desigualdade da exploração entre as classes em movimento histórico da sociedade capitalista, a questão social e suas expressões, para consolidar a construção analítica de sua teoria. Outro objeto fundamental para a criação do método, foi o embate teórico sociológico-filosófico que



ocorria entre os principais pensadores, reconhecidos na atualidade como pensadores contemporâneos.

Dessa maneira, é preciso registrar o andamento dialético e contraditório desse desenvolvimento, e a profissão deve ser entendida no movimento histórico da sociedade e no complexo do processo de reprodução das relações sociais, configurando o processo de reprodução dessas relações. Ao modo que a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução de uma totalidade da vida social, o que engloba a reprodução material e espiritual da vida social. Nessa perspectiva e diante dos desdobramentos históricos da sociedade, da abrangência e ramificação da divisão sociotécnica do trabalho, faz-se necessárias elaborações para problematizar e entender as tendências de desenvolvimento que caracterizam a sociabilidade vigente. Um dos principais movimentos é o positivismo<sup>50</sup>.

O positivismo influenciou diversos pensadores para além desta corrente ideológica, a exemplo disso temos Max Weber que fundou a teoria da ação social, sociologia da compreensão, influenciado pela corrente idealista. O método de Weber tem diferenças significativas do método positivista de Durkheim e mesmo do positivismo de Comte. Se sua intenção é demarcar as diferenças de método, talvez seja melhor organizar em subitens ou de outra forma que deixe as diferenciações mais explícitas. Pois “reconhece que os valores do observador, nas ciências sociais, desempenham um papel destacado na seleção do objeto da

---

<sup>50</sup>A corrente positivista, tem como tese central, o afastamento dos preconceitos e pressuposições, elaborados por um juízo de valor feito pelo sujeito. A objetividade dessa ação, visa separar os julgamentos de fato dos julgamentos de valor. Nesse sentido, o propósito final do sociólogo ou do historiador, deve ser o mesmo dos cientistas naturais, elaborar uma concepção imparcial, objetiva, acerca do objeto de estudo (LOWY, 2018).

O principal fundador do positivismo é o filósofo Auguste Comte. Visando a necessidade de uma ciência sociológica, ele elabora diretrizes que apontam o funcionamento da sociedade, o teórico identifica que o conhecimento científico é mais adequado para investigar os problemas sociais. Ainda segundo Comte, a sociedade segue princípios universais e imutáveis, sendo que não dependem das reivindicações humanas para alterar suas estruturas. Estas §“leis naturais” da vida social, faz com que o destino coletivo seja determinado do mesmo modo em que funciona os órgãos de um animal que apenas segue seus instintos.

Diante ao exposto, é possível constatar que o objetivo de Comte, era determinar que o método das ciências sociais fossem os mesmos das ciências naturais. Ademais, esse método deve possuir o mesmo caráter de observação imparcial, subjetiva e desligada/distante dos fenômenos. O filósofo, também, salienta que as leis sociais são as leis naturais, por isso a transformação societária não pode ocorrer, dessa forma, ele estabelece os sonhos revolucionários como teorias negativas que vão contra a corrente positivista.

O positivismo expresso por Comte, condecora e reforça a ideologia burguesa, enquanto revela uma aceitação passiva do autor, para com o *status quo* da burguesia. Ainda nessa corrente ideológica, é possível encontrar o sociólogo Émile Durkheim, que reconhece o naturalismo sociológico de origem comtiana, onde é exposto à imutabilidade dos fatos sociais, diante da naturalização das leis. Durkheim, apropria-se do modelo de analogias naturalistas para explicar os fenômenos sociais, sendo estes sempre de base conservadora. [...] Durkheim, a sociedade é, como o animal, "um sistema de órgãos diferentes onde cada um tem um papel especial". Alguns órgãos sociais têm "uma situação particular e, se quisermos, privilegiada"; essa situação é totalmente natural, funcional e inevitável: "ela é devida à natureza do papel que preenche e não a alguma causa estranha a essas funções". Esse privilégio é pois um fenômeno absolutamente normal que encontramos em todo organismo vivo: "é assim que, no animal, a preeminência do sistema nervoso sobre os outros sistemas se reduz ao direito, se pudermos falar assim, de receber um alimento mais escolhido e de apanhar sua parte antes dos outros" (LÖWY, 2018, p. 14).

pesquisa científica, na determinação da problemática das questões a serem postas” (LOWY, 2018, p. 18). Apesar disso, Weber entra em contradição quando entende que a investigação empírica devem ser respostas livres de qualquer valorização. Portanto, tais colocações se assemelham com os erros presentes no positivismo, não assimilando as “particularidades metodológicas” como é realizado no materialismo histórico. Assim, o autor aponta as causas principais do erro fundamental acerca dessa filosofia:

O caráter histórico dos fenômenos sociais, transitórios, perecíveis, susceptíveis de transformação pela ação dos homens; 2. A identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento; 3. O fato de que os problemas sociais suscitam a entrada em jogo de concepções antagônicas das diferentes classes sociais; 4. As implicações político-ideológicas da teoria social: o conhecimento da verdade pode ter consequências diretas sobre a luta de classes (LÖWY, 2018, p. 18).

Diante das razões expostas na citação acima, é possível constatar que o método das ciências sociais, diferencia-se do das ciências da natureza “não somente no nível dos modelos teóricos, técnicas de pesquisa e processos da análise, mas também e principalmente no nível da relação com as classes sociais” (LOWY, 2018, p. 19). Portanto, constata-se que os estudos sociológicos estão diretamente ligados às relações orgânicas de perspectiva global, visto que, as percepções do mundo das classes sociais definem a problemática da pesquisa.

A questão que Durkheim coloca na Divisão do Trabalho Social não é de todo "inocente", mas está marcada pela visão do mundo social-darwinista da burguesia na época do capitalismo concorrencial. Independentemente da "resposta" encontrada por Durkheim, essa "questão" vai orientar sua teoria sociológica numa certa direção, dando-lhe um caráter necessariamente "tendencioso" (LÖWY, 2018, p. 19).

Conforme os argumentos apresentados, conclui-se que dentro da perspectiva positivista, frisam a necessidade de se desvincularem dos julgamentos de valor para interpretar os processos factuais. Dentro da teoria do positivismo, no decorrer de sua produção crítica, ressaltam a heterogeneidade/distinção entre os julgamentos valorativos e os de juízo de fato. Com isso, cria-se o afastamento da visão de luta de classes da humanidade, visto que a sociologia positiva não compreende que o ser social é edificado através das estruturas classistas, culturais e morais, em outras palavras, de categorias particulares do ser.

Além disso, considerando a incorporação das ações humanas como algo natural, presentes na sociologia positivista, a teoria marxista, se fundamenta como uma teoria radical para debater a objetividade do meio social. Assim, coloca-se como característica substancial do marxismo o debate das categorias centrais que fundamentam a realidade social. Visto que com o método marxista rompe epistemologicamente com a leitura positivista, com a

finalidade de se opor à subjetividade de uma ciência social com variáveis consonantes a neutralidade política.

Neste sentido de rupturas e continuidades, o materialismo histórico dialético se constitui como um importante método fundamentado no entendimento acerca da realidade concreta a partir da totalidade social, considerando a realidade do mundo material a partir das grandes transformações sócio-históricas - que são carregadas de particularidades e singularidades.

Para assimilar as categorias de investigação deste método, são 3 categorias centrais que precisam decompô-las para entendê-las; o materialismo, representa a condição material da existência humana, em contrapartida, o histórico, abrange a compreensão de que toda a existência do ser humano está diretamente relacionada ao seu contexto histórico. O trabalho estranhado, como cerne da forma na qual a externalização da natureza humana se materializa no capitalismo e os conceitos de essência e aparência, que entendida em mediação com a totalidade, fornecem suporte para o processo de falseamento da realidade, e por fim, o dialético, como sendo o movimento de relações causais contraditórias e antagônicas produzidas pela própria história.

Ao analisar as concepções teóricas da ciência e da filosofia, Marx e Engels, foram capazes de superar o materialismo mecânico e o idealismo alemão, assimilando e ultrapassando esses conceitos, ao fundirem a filosofia materialista com o modo de pensar dialético. Sendo assim, a teoria social fundamentada pelos autores, constata que consciência e as práticas sociais são processos simultâneos, em outras palavras, enquanto ocorrerem evoluções no modo de produção da nossa sociedade, nossos hábitos e consciências vão se modificando, ou seja, ao forjar bases para reproduzir-se materialmente, o ser produz uma nova realidade subjetiva. Nas palavras de Marx “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Com a transformação e o desenvolvimento das forças produtivas, a sociedade capitalista tem como sustentação do seu processo uma base de acumulação, que depende da exploração, da extração da mais-valia e do lucro, para se concretizar em sua totalidade. A particularidade que possibilita esta relação sendo base para vida social, é o trabalho e sua socialização, evidentemente, modifica e constrói a relação ser social com a natureza. O gênero humano desenvolveu formas de organizar as relações produtivas e através da articulação com as forças, desenvolveu-se junto ao modo de produção, produzindo, portanto, a própria vida.

A realidade produzida neste movimento histórico dialético, por exemplo, no modo de produção capitalista, possibilita meios para transformar a sociedade, ou seja, dispõe vias para

modificar o modelo de produção baseado na exploração. Assim, esta organização impacta em uma consciência social coletiva em áreas distintas da sociabilidade humana, que buscam captar a realidade social pela sua totalidade. Possibilitando a compreensão dos aspectos adotados na atualidade, ao se relacionar, produzir, pensar, agir e comportar socialmente, ou seja, os valores da vida material. Sendo assim, a constante mudança da alteração das forças produtivas, altera o modo de produção e a produção das relações sociais (do objetivo ao subjetivo).

Conforme esta interação do ser social com os diferentes modos de produção, surgem novas necessidades, e, em simultâneo, ocorrem mediações sócio-políticas na ordem de hábitos, práticas políticas e formas culturais (CANTALICE, 2013). Percebe-se então, uma configuração cultural disposta na produção social, encontrada como sustentação ideológica no modo de produção. Exemplificando, em meados dos anos 50, havia uma proposta de ruptura com o “movimento moderno”, que correspondia às mediações sociopolíticas e culturais da época, o modernismo. Com a expansão do modelo de produção capitalista, surge a necessidade de mudança no domínio da cultura, arte e da estética. O pós-modernismo, seria então, uma alternativa para se opor ao movimento modernista, para integrar o período pós-industrial, dos avanços tecnológicos da era digital e da produção de mercadorias às suas principais características culturais e artísticas, como, a pluralidade, individualismo, a ausência de valores, rejeitando um método específico.

A pós-modernidade, evidentemente, auxilia no processo de reprodução e de manutenção da economia capitalista, cumprindo seu papel de regulação social. O que torna essencial “entender o pós-modernismo não como um estilo, mas como uma dominante cultural” (JAMESON, 1984, p. 29). Em vista disso, no decorrer da produção do pensamento que regula a ordem social, o pós-modernismo, nas palavras de Luciana Cantalice

[...] de forma perniciosa discursa sobre a necessidade do pluralismo e, manipulando com as ideias de “valorização das diferentes formas de conhecimento” e de “democracia”, prática, de forma objetiva, um pseudopluralismo, sugerido no convívio pacífico entre perspectivas teóricas e metodológicas inconciliáveis e disseminado por meio do anarquismo metodológico e do neorracionalismo. (CANTALICE, 2013, p. 198).

A tendência pós-modernista, difunde a ideia condensada sobre os princípios da modernidade, como ultrapassados, conseqüentemente, propõe o afastamento destes padrões, considerando as novas condições sociais do momento histórico (CANTALICE, 2013). Por conseqüência, condiciona o modo de produção intelectual marxista, como insuficiente para a

compreensão do real, de modo a induzir uma interpretação equivocada da realidade. Este processo de rompimento com o modernismo, desencadeia como resultado, um obscurecimento da consciência, generalizando o modo de investigação das bases que condicionaram a materialidade presente, alterando como a história será narrada no futuro e interpretada durante seu desenvolvimento.

Este direcionamento pós-moderno utiliza uma análise imediata, de aparência, para compreender o processo estrutural. Deste modo, as formulações teóricas de Marx, como o conceito de classe, são consideradas insignificante para o pós-modernismo, sustentando a exploração e a miséria da nossa realidade ao difundirem uma ideia de ausência de classes na sociedade contemporânea, distorcendo a realidade histórica-concreta. Sugere o capitalismo, como um modo de produção insuperável, fadado a existir eternamente. A percepção da sociedade por lentes pós-modernas, é um resgate seletivo do neopositivismo e herança do estruturalismo (LYOTARD, 2004 apud CANTALICE, 2013), caracterizado por esta série de argumentos segmentados, ocorrendo assim, uma fragmentação no mundo dos trabalhadores, diante da ofensiva do modo de produção capitalista. Segundo Cantalice, a visão pós-moderna:

[...] descarta a essência das coisas e apresenta uma realidade fetichizada, cujo caráter é natural e independente, portanto, imutável. [...] A recusa da totalidade, processa-se mediante a sua identificação como totalitarismo político, cuja resultante é a substituição da tomada da realidade na totalidade, isto é, como um complexo saturado por mediações sociais, à análise do real por seus fragmentos, privilegiando o empirismo, o relativismo teórico-metodológico e a micropolítica. (p.66) [...] esse pensamento pós-moderno seguramente assume, segundo Netto (2010), o primeiro plano na cultura capitalista a partir do texto de 1979 (CANTALICE, 2013, p. 66-67).

E para além das correntes tendências ideológicas e uma série de leis universais, em geral, as leis concretamente particulares do gênero humano que estão presentes na diferenciação histórica no desenvolvimento da humanidade, diante de uma configuração doutrinária, conservadora, pragmática, com uma autonomia relativa e formas de se apropriar da ciência e da arte, que constituem um fazer profissional através do cotidiano permeado de tendências. E para retratar o método e instrumentalidade profissional, a pretensão do próximo item é demonstrar que a categoria mediação como uma categoria ontológica, central e de potência no processo reflexivo e interventivo da prática profissional do Serviço Social.

## 4.2 A mediação como categoria central e desfetichizante do cotidiano profissional

Retratar a mediação como categoria central do processo de trabalho do Serviço Social indica que há uma inquietude no plano da compreensão teórico-metodológico e no plano da produção do conhecimento para instrumentalizar a prática profissional no espaço socio ocupacional em que atua. A mediação é uma categoria que começa a ser aprofundada nos anos 1980, junto ao amadurecimento acadêmico da profissão. A busca por ela significa no plano metodológico a captura das articulações e passagens vivas que se processaram entre instâncias envolvidas na trama da história. E a inserção da profissão na sociedade se dá por meio da mediação entre a dimensão mercadológica e a ordem capitalista monopolista. E esta particularidade histórica da profissão representa um processo de análises do movimento complexo da profissão na estrutura social.

Deste modo, a mediação assume a forma de categoria reflexiva, criada pela razão, para captar o movimento do real através do sensível, da matéria e da reflexão dos seus movimentos substanciais. A construção de um fazer profissional, cultiva um caráter estético que está presente na necessidade de sua universalidade, se singularizar e de sua singularidade se universalizar. Pontes (1995), ao qual, toda teoria é na verdade o resultado de um complexo movimento de abstração em processo de internalização para o intelecto, e a teoria que visou explicitar e defender é uma que se constitui de um processo ontológico em um movimento dialético da construção do ser social, permeado pela dinâmica do cotidiano – já retratado no capítulo anterior.

A superação da relação fragmentada e pragmática entre teoria e prática ou superação da ideia de que a teoria é uma e a prática é outra - sem um nexos teórico metodológico e/ou técnico operativa - assume particularidade teórico-metodológica da profissão, que se recusa a perpassar por caminhos novos de compreensão da realidade para subsidiar as relações postas pelo metabolismo capitalista, como restringir ao trato das demandas profissionais sem centrar nos limites propostos pelas políticas sociais ou das demandas institucionais. Por essas universalizações das respostas às demandas, a leitura da luta de classe histórica se torna crucial para o entendimento e para tatear as possibilidades e limites da dimensão política prático do assistente social, já que no plano da imediaticidade, as determinações e as mediações que dão sentido e concretude ao campo de intervenções profissionais, que está subsumida a positividade dos fatos (PONTES, 1995).

Os fenômenos positivados pelas instituições, Estado e classes são a conformação das demandas sociais que se materializam em problemas demandatários da intervenção

profissional – entre outros fatores conjunturais -, como problema a relação público-privada ligada. Para isto, a fundamentação do equipamento metodológico precede as mediações para se entrelaçar nas refrações da “questão social”. Assim, diferenciando a demanda profissional da demanda institucional ao se apropriar da dimensão técnica para a sua própria instrumentalização.

A mediação, em outras palavras, se faz necessária para reconstruir idealmente os processos estabelecidos da construção histórica, das projeções advindas da manifestação singular e a tentativa de captar a esta manifestação da legalidade social. De acordo com Pontes (1995) o que possibilita o campo de reconstrução do campo de intervenção profissional, com suas respectivas mediações e determinações históricas, coloca o assistente social para desenvolver uma prática alinhada aos segmentos populares como um agente transformador.

A pluralidade quanto o sincretismo, coloca o assistente social com um feixe amplo de mediações moventes que se tornam cada vez mais complexas (tanto pela abstração, quanto na cadeia de causas que podem ocorrer ao se concretizarem os objetivos alcançados). Ou seja, o assistente social é um articulador e potencializador de mediações que potencializa as refrações das expressões da “questão social” constitutivas das demandas sociais à profissão a partir da vida cotidiana (PONTES, 1995). E a vida cotidiana é composta pela heterogeneidade, imediatividade superficialidade extensiva, em que a mediação funciona para a superação da forma sensível captada no cotidiano heterogêneo como conduto por onde as relações entre várias estâncias da realidade. *Cada caso é um caso*, mas estas singularidades fazem parte da ponte mediatizante entre a particularidade e a universalidade.

A reconstrução da particularidade histórica da profissão se faz fundamental no entendimento de um processo de continuidade e descontinuidade na produção literária do Serviço Social, em relação as práticas antagônicas realizadas pelas bases metodológicas diversas da reconceituação. E trata-se de uma tarefa inacabada, permanece avançando aceleradamente, em que desvelar o modo de ser da profissão que se constitui na contínua apropriação das particularidades profissionais ao longo da história brasileira (PONTES, 1995) A investigação das particularidades tem solidez substantiva na dimensão teórica-metodológica e no campo político conjuntural, para o reencontro da inserção do Serviço Social na sociedade capitalista. Em sua medida, a prática interventiva do Serviço Social não precisa cair no fatalismo, messianismo, voluntarismo e/ou cientificismo no processo de reprodução das relações sociais.

A polivalência do assistente social é sinônima de “inespecificidade, pode concretamente reconstruir as mediações ontológicas estruturantes da dinâmica e das categorias históricas do concreto, trabalhando-as no plano das representações da população usuária para a superação do nível da singularidade prática, bem como pode, no processo de intervenção propriamente dito, ter a possibilidade de articular as forças e os sujeitos em presença” (PONTES, 1995, p. 182-183).

A incorporação da categoria teórico-metodológico da luz da perspectiva marxiana e luckasiana favorece a apreensão do objeto de investigação e intervenção do Serviço Social, em que o profissional, tem meios complexos para obtenção de fins na sua atuação (como a relação público privada, a demandas institucionais) mas apelamos para que isso não se feche em si, para que este profissional, mensure as possibilidades e limites da sua atuação, entendendo a realidade profissional, quanto a realidade histórica. Ou seguir um pragmatismo ou neutralidade na mediação, contribuindo com o processo de reprodução das relações sociais com o entrecruzamento das políticas sociais do Estado, em face dos interesses contraditórios de classes sociais - que articula o adensamento da relação entre o processo de acumulação capitalista na produção da força de trabalho através das políticas sociais setoriais. Para refletir a mediação, os instrumentos de trabalho e a dimensão técnico operativa, o próximo item traz relatos da experiência de estágio supervisionado na “Comunidade da Figueira”, instituição do terceiro setor, que através de um convênio com a Prefeitura Municipal de Mariana passou a integrar a rede de assistência social do município.

### **4.3 Relatos da prática profissional na Comunidade da Figueira**

Para este item refletirei sobre a realidade objetiva e teórico metodológica na elaboração da dimensão técnico operativa do cotidiano profissional, dos instrumentos de trabalho e do registro das ações da profissão, no que traz a notoriedade da construção histórica da identidade do Serviço Social no espaço sócio-ocupacional.

Tendo em vista o que já foi trazido ao longo de toda a pesquisa, a estruturação do setor de Serviço Social na “Comunidade da Figueira” parte das ações atribuídas pela da dimensão técnico-operativa (sem desarticulação com as outras dimensões) o que atribui condições para a construção da imagem social da profissão na instituição. Em base de instrumentos como: reuniões com a equipe da instituição para delimitar as competências e atribuições privativas do/da assistente social ao se evidenciar a perspectiva materialista histórica dialética; ao implementar o sistema de informação de dados da rede de assistência social, o GESUAS;



solicitar a realização de supervisão técnica; sistematizar a prática profissional em forma de documento; e etc.,

Lembrando que, a assistente social se insere no espaço pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), estabelecida por uma relação público privada com o equipamento, com um vínculo de trabalho de um ano (um ano) – o que dificulta a continuidade das atividades propostas – e supervisionando 4 estagiárias, uma exceção estabelecida pelo curso de Serviço Social da UFOP. De modo que isso interfere diretamente na relação do planejamento, execução, o monitoramento e avaliação de resultados das atividades propostas pela implementação do setor, na tentativa de garantir a qualidade e a continuidade das ações propostas - visando a construção de um projeto de intervenção que se alinhe a melhoria qualitativa e podendo dar continuidade nas ações desenvolvidas com o(a)s usuários(a)s e suas famílias.

Um dos primeiros passos dado para a implementação do setor de Serviço Social na Comunidade da Figueira em 2019 foi a elaboração de uma reunião em equipe, no início das atividades no espaço, para, em circunstância formal, apresentar a proposta que a assistente social, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), tem perante as normativas da NOB/SUAS/LOAS, como também, a perspectiva que a profissional se orienta.

De forma simples e didática, a reunião, em primeira instância, surtiu efeito. Várias das funcionárias que trabalham na Comunidade da Figueira, recorreram à profissional por diversas situações da própria realidade, expostas verbalmente por elas em atendimentos, demonstradas nas múltiplas expressões da “questão social” que se apresenta na própria equipe de trabalho.

Para aprimorar esses atendimentos, acompanhamentos, encaminhamentos e o contato com a rede socioassistencial, foi implementado na Figueira o cadastro ao software GESUAS. O programa é a primeira versão online do prontuário SUAS – o mesmo utilizado de maneira física -, que segue as normativas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Possibilita atendimentos e acompanhamentos a partir de uma base única de famílias, de maneira integrada entre os níveis da proteção social. Permitindo registrar observações sobre os atendimentos, monitorar encaminhamentos realizados, controlar a frequência em ações coletivas, gerar relatórios etc., e de modo sigiloso, conforme solicitado pelo MDS e pelas categorias de legislativas da área da assistência social.

Quando o software integra a instituição a rede de assistência social do município, somente algumas funcionárias foram cadastradas para conduzir os preenchimentos em relação

as informações trazidas pelos usuários e suas famílias, das quais: a coordenadora da instituição, psicóloga e a assistente social. Ocorreu de forma breve um treinamento com a assistente social para operacionalizar o sistema, para se qualificar diante da complexidade do programa. E vale ressaltar a importância da competência técnico-operativa ao exigir a demanda do assistente social, se constitui uma importante ferramenta nas ações que visem ao enfrentamento, para reiterar posicionamento diante das normativas da PNAS.

O GESUAS, apesar de todas suas funcionalidades, não possui facilidade de uso, tornando a interação com o sistema algo que requer tempo e treinamento. O software parte de uma dimensão técnico-operativa, e a administração deste instrumento pode ser um limitador na apuração das informações da realidade cotidiana do usuário/a – quando não se tem uma apropriação da ferramenta. A partir dos dados gerados pela rede, o software da assistência unifica as informações do usuário(a), sistematizando-as, com intuito de gerir informações e documentá-las como registro de continuidade para a intervenção da realidade dos usuários da “Comunidade da Figueira”. O instrumento se torna importante para o registro das atividades, sobretudo para não conflitar ou obter informações distorcidas dos atendimentos. Pois, ao analisar de documentos antigos, como relatórios de assistente social no final da década de 90, apresentava uma dificuldade de entendimento do histórico do usuário, com um olhar metodológico conservador e doutrinário da igreja Católica.

Outra dificuldade enfrentada no cotidiano profissional estava na nossa inserção em um novo espaço sócio-ocupacional em que não tinha uma sala adequada para ter qualidade e sigilo do exercício da profissão (como atendimentos, reuniões, escrita de relatórios, etc). A sala não adequada ao que precisávamos, tornou-se um pesadelo para organizar nossas ações, reuniões, conversas, lançamento de relatórios no GESUAS. Tornou-se um pouco conflituosa as relações entre a coordenação da instituição e a assistente social (respingando nos estagiários), que, com a ausência de um espaço adequado para os atendimentos, estava nos afastando do local, assim, questionando a necessidade de estar ali no espaço todos os dias.

Para descrever o espaço de atendimento, ficávamos em um anexo da loja de artesanato da instituição, que tínhamos contato direto e contínuo com os(as) usuários(as), e, de certa forma, atrapalhava nas tarefas do cotidiano com uma quantidade imensurável de interrupções. Diante dessas pausas, a escuta (enquanto competência e atribuição do(a) profissional) é imprescindível para sistematizar essa prática, e percebemos que vários dos relatos apresentados pelos usuários substanciavam um atendimento, tendo a necessidade de criar um material (físico ou digital) para registro e dar prosseguimento ao acompanhamento desses. Também possibilitando os(as) próximos(as) profissionais que fossem designadas para o setor

de Serviço Social, pudessem utilizar dessa ferramenta para criar um histórico contínuo do usuário dentre esses atendimentos espontâneos. A importância dos fundamentos normativos, históricos, teóricos e metodológicos, delimita de muitas formas as relações estabelecidas de trabalho, dando um caráter diferenciado e legítimo ao exercício profissional, tanto para os profissionais atendidos, quanto para as famílias dos usuários(as) e não menos importante, para rede socioassistencial.

A forma encontrada para não ter uma defasagem com as demandas dos usuários/as e suas famílias, era direcionar as tarefas pelo aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp), assim, nos afastando de vez à ida ao campo de estágio até que a sala estivesse pronta. E após a insistência com a coordenação da instituição para a construção de um espaço que atendesse o mínimo das condições para qualificar nosso trabalho, a assistente social, recorreu – por meio de comunicação interna – a SEDESC, em que de imediato nos respondeu solicitando essa adequação de acordo com Código de Ética profissional.

Cabe ressaltar a presença em espaços de disputas, de capacitações, debates aos quais participei nesses dois semestres de estágio. Foi imprescindível a presença em atividades para acumular conhecimento e por colaborar na construção, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, a X Conferência Regional de Assistência Social. Ao reativar o Conselho Municipal do Direito à Pessoa com Deficiência e delimitar propostas dentro dos conselhos, os cursos e capacitações com debates externos da instituição, foi fundamental para instrumentalizar e politizar a prática acerca dos nossos usuários/as, funcionários e famílias.

Dentre outras problemáticas, percebemos a espetacularização e o alinhamento para o capacitista da pessoa com deficiência<sup>51</sup> na própria Comunidade da Figueira. Negando a busca da qualidade de vida dos usuários e usuárias, muito pela falta de qualificações das pessoas que trabalham na instituição e por assumir uma perspectiva da caridade, um caráter antagonico a ser rompido na profissão. Do ponto de vista político, o viés caritativo traz consequências danosas à imagem social das pessoas com deficiência, pois implica a volta do modelo religioso que concebe a pessoa com deficiência como ‘privada da graça de deus’, devendo, portanto, ser dirigida a ela a prática da caridade, a fim de que, ‘ajudada’, possa continuar mantendo a sua benevolência cristã, característico da Comunidade da Figueira.

Estranhamentos acontecem quando percebemos que a perspectiva da atual da instituição se posiciona de maneira diferente ao que o Dom Luciano, fundador da instituição, trouxe com a perspectiva da teologia da libertação, que tem um olhar mais progressivo das

---

<sup>51</sup> Caracterizado por uma maioria analfabetas e idosas. Mas também atende ao um público diverso, e com diagnósticos de deficiência variadas, em característica da vulnerabilidade social.

práticas católicas, relacionando-as com as políticas públicas e o direito – ainda que seja uma noção progressistas, decidiram se conservar na caridade. Não que essa perspectiva seja eficaz, mas que esse posicionamento caritativo, cria uma outra contradição dentro das perspectivas levadas pela coordenação da instituição.

A partir dos questionamentos trazidos em alguns estudos dos fundamentos históricos, metodológicos e teóricos, a equipe do Serviço Social (que se constitui em 4 estagiários supervisionados do curso de Serviço Social e uma assistente social) tem o olhar para esses usuários/as, funcionários e suas famílias, entendendo que muitos deles tem capacidade e discernimento para se inserir no ensino regular, em cursos de capacitação, técnico, etc. para dar prosseguimento ao seu desenvolvimento, como foi o direcionamento de algumas das atividades da Comunidade da Figueira para a Padaria Escola<sup>52</sup>.

Para estabelecer o Serviço de Proteção Social Especial prestado em Centro-dia de Referência, consonantes com as normativas e tipificações, a unidade especializada de Proteção Social do SUAS, precisa estar mediante ao atendimento diário de jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, em que se executa ações para contribuir com a proteção da pessoa com deficiência na perspectiva de segurança social previstas na PNAS. Em que prevê ações com a segurança na acolhida, de convívio ou vivências familiares, comunitárias e social, e no desenvolvimento da autonomia daqueles usuários, em oferta de cuidados básicos nas atividades diárias.

A implementação das normas operativas da política do Centro-dia sofreu alguns empecilhos, dentre estes, a dificuldade de as famílias residentes do município acessarem equipamentos e equipes da saúde, em que essas estruturas confirmem o diagnóstico da CID<sup>53</sup> dos(as) usuários(as) na “Comunidade da Figueira” - de modo que o diagnóstico da deficiência parta de uma forma clínica e científica, sem precisar da centralidade do diagnóstico médico.

Assim, surge uma necessidade de articular junto à prefeitura de Mariana formas possíveis de institucionalizar a “Comunidade Figueira” com uma equipe adequada e mínima para a implementação dessa política de assistência social. Ou qualificar os profissionais que já trabalhavam ali e conhecem as especificidades de alguns usuários/as.

O papel assumido pela assistente social possuía como proposta, implementar uma política em um território que deveria, pelas tipificações dela, ter ao menos um CRAS<sup>54</sup> para

---

<sup>52</sup> Padaria Escola é um programa da prefeitura de Mariana e a SEDESC, vinculado ao CRAS para capacitações no meio alimentício para pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social.

<sup>53</sup> Classificação Internacional de Doença.

<sup>54</sup> Na atual conjuntura e próximo ao período de eleições, visa a falta de recursos para a área social, por meio de cortes orçamentários (mas não a impossibilidade de tensionar).

direcionar as atividades. Na tipificação do Centro-dia estão vinculados à Proteção Social Básica como um complemento das ações de implementação do PAIF, executadas nos CRAS. O Centro Dia tem o papel complementar ao trabalho social com famílias desenvolvido pelo PAIF e o PAEFI, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária junto aos usuários, em conformidade com a previsão da NOB-SUAS acerca da criação de serviços sócio assistenciais e socioeducativos geracionais e intergeracionais, em que o eixo matricial seja a família

A tendência da constituição de uma Centro-dia no lugar da Comunidade da Figueira é de reafirmar que a assistência social é a política para mediar e enfrentar as barreiras imbricadas da própria deficiência, respeitando a ligação intersetorializada e transversal aos seus cuidados sobre a questão da proteção especial da pessoa com deficiência – mantendo uma rede de atendimento ao usuário.

## 5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Identificar e problematizar as condições do exercício profissional, tanto quanto os fenômenos da realidade social existentes, traz à tona sua seleção, classificação, identificação das suas características, as dificuldades, possibilidades e lacunas, e com a necessidade de um aprofundamento teórico para melhor entendê-los e a da adoção de determinado referencial-teórico que permita interpretá-los, funcionando como um momento pré-teórico da maior relevância (Netto, 1989). O processo de sistematização nos indica a necessidade de elaboração de um projeto de intervenção, evidenciando as lacunas do nosso conhecimento para encontrar caminhos para determinadas demandas. Em que o retorno à teoria, torna-se crucial para elencar o conteúdo teórico socializado.

E nesta absorção teórica densa e determinante do processo da graduação em Serviço Social teve seu destaque nas três etapas das disciplinas de oficina de estágio, que foram fundamentais para a compreensão da prática profissional. A metodologia utilizada partiu da observação, para depois elencar questionamentos e indagações para planejar e executar um projeto de intervenção profissional, concomitante ao acompanhamento do cotidiano profissional da assistente social e da orientação da supervisora acadêmica no percurso de três períodos.

Este período de imersão na prática profissional, provoca a reflexão intensa do método de análise da realidade produzido por Marx, em que ao longo do processo de formação, a apropriação aconteceu por meio de discussões, debates, projetos de extensão, exercícios avaliativos, disciplinas e etc, instrumentos fundamentais para se apropriar da realidade concreta e planejar uma intervenção.

O ciclo dialético apresentado nesta pesquisa implica analisar as múltiplas determinações dos fatores universais, que são mediados pela particularidade - da constituição material histórica da realidade -, através da apropriação sensível singular da realidade presente em um espaço ocupacional - em específico a profissional assistente social está inserida. Assim, se apropria de uma leitura da realidade pela totalidade, para vislumbrar possibilidades e limitações na atuação profissional. E uma das dificuldades encontradas ao analisar o histórico da cidade de Mariana, se dão ao tentar acessar aos documentos institucionais da igreja católica – uma, por não existir, e outra, ser uma instituição de interesse privado. Para assim, tentar trazer elementos suficientes para descrever de forma minuciosa a análise da constituição da Comunidade da Figueira.

Neste processo, uma das evidências encontradas pelas lacunas da formação profissional no curso de bacharelado de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), foi contextualizar fortemente a importância da pesquisa e da metodologia científica ao se elaborar projetos de pesquisa, como uma disciplina que discuta mais a instrumentalidade do trabalho do assistente social. Tendo uma dificuldade com a relação entre teoria e prática. Em que de um lado o teorismo que predomina as ações profissionais, e, que gera dificuldades em identificar a instrumentalidade do Serviço Social, ao parecer que as nossas ações e articulações ganham um caráter retrógrado, como se não estivéssemos em um contexto histórico específico. E do outro, uma prática pela prática, sem abstrações, reflexões dos fenômenos do cotidiano. Insiro-me na universidade em um período repleto de reflexos das inovações, tecnologização da vida social e também dos cortes de gastos na educação pública.

A conjuntura incide diretamente na reorganização dos espaços sócio ocupacionais do assistente social, e este trabalho tem dado enfoque na relação público-privada, bem como na relação da superexploração da força de trabalho - que tem impacto profundo nas condições de vida da classe trabalhadora da instituição supracitada. O que torna necessário uma análise minuciosa aos rebatimentos e agravamentos da crise do capital e das políticas neoliberais, principalmente relacionado ao cenário de violência e de vulnerabilidade social da classe trabalhadora que apenas possuem a força de trabalho para sobreviver.

Os projetos, ações conservadoras e políticas neoliberais, têm sido realizadas frequentemente através da elaboração de propostas de Emendas Constitucionais, com a aparência de aumento da produção econômica, mas que, têm realizado retiradas de recursos essenciais para as políticas públicas, e direcionado para as iniciativas privados ou em organizações da sociedade civil. Isso tem afetado profundamente os setores que lidam com o campo social.

Os trabalhadores/as da linha de frente dos serviços do SUAS, têm sofrido o impacto direto da precarização, sucateamento do Estado e disputa por um fundo público - que não tem garantido as mínimas condições de trabalho nos espaços de âmbito público, menos ainda quanto a relação se dá no âmbito privado.

Isso demonstra que a classe dominante, tem se articulado para realizar o desmonte, não só das políticas públicas e dos serviços, em prol dos seus interesses, mas também dos cargos de profissionais altamente qualificados, que ingressaram através de concursos públicos mantêm a qualidade das intervenções, a transparência e a estabilidade profissional.

É importante enfatizar que as transformações da sociabilidade podem ser rápidas e intensas, de acordo com o seu tempo histórico, essas também se constituem como “solo

privilegiado para o processamento de alterações profissionais” (NETTO, 1996, p.88). Além dos/as assistentes sociais se situarem em equipamentos públicos precarizados, e toda a nova dinâmica sobrecarrega o trabalho, que têm gerado desgastes e adoecimento mental aos/as trabalhadores

Esse cenário explicita as condições dos espaços sócio-ocupacionais que acolhem aos usuários/as da política de assistência social em situação de violência, que são caracterizadas pelas dificuldades de acesso aos serviços e atendimentos, devido aos recursos disponibilizados. Uma das possibilidades que o estágio abrangeu, foi a da formação continuada, participando de maneira contínua das discussões atuais que abrangem o território brasileiro, e as singularidades do trabalho profissional em Mariana.

Como possibilidade de vislumbrar uma ação coletiva, ao buscar fundamentos da profissão e ligar às condições atuais que os profissionais assalariados do Serviço Social se encontram - já que estão inseridos na divisão social e técnica do trabalho. Vale lembrar que é uma profissão que também compõe a classe trabalhadora, ao qual, enfatiza-se a tomada de posicionamento a favor desta classe, contribuindo nos processos que devem abrir espaço de agitação para fortalecer iniciativas populares já existentes de autogestão, e de promoção do exercício do poder, a partir de movimentos da sociedade civil organizada, organizações comunitárias, sindicais e territoriais.

Em síntese, o arcabouço teórico de Marx possibilitou uma direção que dialoga com a materialidade do cotidiano da profissão, através do materialismo histórico-dialético, construíam-se pressupostos para a ruptura com o Serviço Social tradicional, trazendo uma nova visão acerca da atuação nas dimensões que respondem às demandas inseridas no horizonte que determina e orienta a atuação nas esferas teórico-metodológica, ético-política, ideo-cultural e técnico-operativa. Essas possibilidades retroativas no direcionamento do Serviço Social, nos demonstra a importância do projeto ético político em conjunto da extensa pesquisa marxiana e lukasiana acerca da percepção da realidade ontológica do ser social, valorizando as bases críticas que foram estruturadas arduamente, com luta e ameaças de progressista e burguês que expressa de maneira mais simples, por ser superficial ao retratar a estrutura social racista e colonial do modo de produção capitalista.

Por fim, a experiência do estágio, que ocorreu de modo coletivo desde o início, cuja prática fora compartilhada com companheiras discentes articuladas/o com as teorias, lutas e conflitos nos territórios, informações gerais sobre o mundo; facilitou a apropriação da realidade que impulsionou as motivações para exercer a profissão seguindo o caminho crítico, materialista, histórico, dialético, antirracista e antifascista. Quem vislumbra a realidade pelo o



senso comum ou ideologicamente sensível das mentes e vidas dentro do *status quo*, nos cabe essa provocação como futuros profissionais, desvelar os processos essenciais da vida cotidiana por suas particularidades, em uma dimensão da vida e de uma perspectiva emancipatória de um futuro que pertence a todos trabalhadores/as.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 7 jul. 2016.

CANTALICE, Luciana B. de O. **As incidências do pensamento pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social**. 2013. 245 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. **Dom Oscar de Oliveira: um apóstolo admirável**. Vida e obras de um dos maiores personagens da história da Igreja. Viçosa: Folha de Viçosa, 1999.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Companhia Vale do Rio Doce: 50 anos de história**. Rio de Janeiro, 1992.

CYMBALISTA, Renato; CARDOSO, Patrícia de Menezes; NAKASHIMA, Rosemeire. **O Plano Diretor de Mariana-MG: a difícil articulação entre planejamento urbano, patrimônio histórico e atores políticos**. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

DHBB-CPDOC-FGV. **Verbete**. Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-vale-do-rio-doce-cvrd>>. Acesso em: 25 maio 2019.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: CEAD, 2000. Módulo 4, p. 51-63.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 701-718, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília, CFESS/ABEPSS, p. 341-375, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 2010 Demográfico. **Amostra – Características da população do município de Mariana-MG**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>>. Acesso em: 25 maio 2019.

JAMERSON, F. **Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio**. Mimeo, s/d [Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism. In: *New Left Review*, no 146, 1984, p. 53-93]

LÖWY, M. **objetividade e ponto de vista de classes nas ciências sociais**. In: \_\_\_\_\_.

Marxismo contra positivismo. São Paulo: Cortez, 2018.

LUKÁCS, György; ESTÉTICA, I e IV. **La peculiaridad de lo estético**. Barcelona, Espanha: Grijalbo, 1966.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Florestan Fernandes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. [prefácio e introdução].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente Filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53-64, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. O fetiche da assistência social. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **O mito da Assistência Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**, v. 4, p. 141-160, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VIEIRA, Marcelo Martins. **Secular e religioso: D. Luciano Mendes de Almeida e a construção dos direitos da criança e adolescente no Brasil (1984-1990)**. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.